# 5
# Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência: um novo modo de avançar?

## 5.1
## Participação política das pessoas com deficiência no desenvolvimento dos Conselhos

### Conselho Municipal de Assistência às Pessoas Deficientes - COMAD

A partir do levantamento de documentos encontrados na Coordenadoria dos Conselhos de Niterói, coletamos dados interessantes que nos aproximaram dos árduos caminhos trilhados pelas instituições e pelas próprias pessoas com deficiência na luta pela inclusão e pela participação nos espaços decisórios de políticas públicas, no município de Niterói.

Conforme já descrito, em 1980 foi proclamado o ano de 1981, pela ONU, como o *Ano Internacional das Pessoas Deficientes*, adotando como eixo fundamental a participação das pessoas com deficiência na sociedade e a igualdade de oportunidades, com ênfase na reabilitação e prevenção.

Vimos também que, durante um ano, entidades não-governamentais e governamentais, a mídia e nações, sensibilizaram a sociedade para o reconhecimento das pessoas com deficiência como "sujeitos de direitos". Nessa ocasião, Almeida (2009) constatou que esse ano estimulou e fortaleceu a união das pessoas com deficiência, possibilitando a expansão posterior de seu movimento organizado, e na sociedade brasileira, não foi diferente.

No Brasil, pelo Decreto 84.919/80, em 16 de julho de 1980, foi criada a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, e, por conseguinte as Estaduais e Municipais. Nesse sentido, de acordo com o documento "Ano Internacional dos Deficientes, s/d"[87] a Comissão Nacional tinha como algumas de suas orientações:

[87] Tal documento foi produzido pela Coordenação de Promoção Social da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social de Niterói.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

> a) Não é um evento efêmero e isolado, deverá se prolongar por uma década, conforme decisão da ONU para ter os resultados avaliados em 1991; b) Desenvolver ações efetivas que atendam as necessidades e aspirações das pessoas deficientes a curto, médio e longo prazo; c) Caráter realístico, sem paternalismo, demagogia ou tendência segracionista; d) Máxima participação da Comunidade, dos Governos Federal; Estadual e Municipal.

Nesse mesmo ano, no dia 10 de outubro, o município de Niterói instituiu a Comissão Municipal do Ano Internacional da Pessoa Deficiente – CMAIPD[88], com o objetivo de desenvolver ações e propiciar subsídios capazes de minimizar os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência (Relatório Sumariado da CMAIPD, s/d)[89].

Podemos observar segundo as falas das conselheiras entrevistadas, denominadas pelas letras do alfabeto A, B e C, que participaram desse momento, seja fazendo parte da Comissão ou através das suas instituições de origem, que esse período foi um marco importante para unir e organizar as instituições atuantes, na área da pessoa com deficiência, na luta por direitos e na formulação de políticas públicas.

> *Nós éramos muito aqui, as instituições eram muito ligadas, né! Então, a gente se reuniu. E eu era, naquele tempo, coordenadora de Promoção Social do governo e da Federação Nacional das Pestalozzis. Participava de toda a ordem internacional. Então, quando se falou, se pensou em falar, nós tivemos até uma audiência com o Presidente sobre o Ano, eu já estava antenada. Então, como eu já estava aqui (se referindo a presidência da Pestalozzi) foi fácil eu pedir ao Prefeito pra fazer a Comissão daqui (...) Nós éramos muito ligadas! Fazíamos tudo juntas! Não fazíamos nada separadas! (Conselheira, C).*
>
> *Foi muito bom porque o pessoal estava muito animado e a gente estava preparando projeto para o Ano e o pessoal trabalhou muito (...) Fizemos os projetos todos. Só que depois dependia deles darem o dinheiro. Tudo dependia disso! Você vê os projetos que tem aí! Um monte de projetos! (...) A gente estudava os projetos, reunia a Comissão, isso aí já era um avanço (Conselheira, C).*
>
> *Então nós éramos cinco: APAE, Pestalozzi, APADA, AFR... a LBA na época também proporcionava um encontro das outras instituições e a gente tinha que se*

[88] No dia 27 de novembro de 1980, pela portaria da Prefeitura de Niterói nº 422/80, são designados os integrantes da Comissão (Relatório Sumariado da CMAIPD, s/d). Portanto, identificamos que, das 19 pessoas que compuseram a Comissão, dez representavam Entidades prestadoras de serviços para as pessoas com deficiência, seis representavam o governo local e os três restantes tinham o papel de assessoria técnica, assessoria de relações públicas e de secretária. Entretanto, é preciso observar que, em alguns casos, os representantes das instituições também tinham algum cargo nas Secretaria do Governo.

[89] De acordo com o Relatório Sumariado da CMAIPD (s/d) essa Comissão, voltada para atuar durante o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, foi instituída pela Prefeitura de acordo com o Decreto Municipal nº 3.404/80, no governo de Wellington Moreira Franco do partido Movimento Democrático Brasileiro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

> *reunir com eles para se traçar planos para os projetos, os convênios, os contratos novos. Foi o início de tudo! Não tinha nada até então! A nível Nacional você tinha a Federação das APAE's e a Federação das Pestalozzi's que trabalhavam junto com a LBA (...) e aí nós nos reunimos em nível Nacional e no nosso município pra traçar os mesmos programas, as mesmas coisas. Fazer a ponte entre o nacional, o estado e o município e isso nos uniu! A gente ía se encontrando sempre... Aí, começamos a traçar uma política assim, mas cada um pensando uma coisa, tentando achar o outro, porque a união faz a força (...) foi assim um período muito rico nessa parte. Cada um pegava a sua área. Foi um movimento da sociedade, foi um movimento civil! (Conselheira, A).*

Vimos também, a partir do Relatório Sumariado da CMAIPD (s/d), que a Comissão Municipal teve como objetivo discutir questões como: conscientização, reabilitação, prevenção, educação especial, legislação, barreiras arquitetônicas e profissionalização. Desse modo, com o intuito de facilitar as discussões e decisões, a Comissão Nacional idealizou a divisão das Municipais em Subcomissões, de acordo com os temas colocados acima, cada uma com diferentes projetos e planos de ação, visando proporcionar às pessoas com deficiência melhores condições de vida.

Nesse caso, na Subcomissão de Reabilitação, seus membros tinham a preocupação de orientar a família e as pessoas com deficiência quanto aos recursos existentes na comunidade; oferecer condições de lazer como uma forma de "integrá-los" na comunidade; criar centros de estudos e pesquisas que pudessem trazer progresso na área de reabilitação; e criar um centro de treinamento profissional para inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

No caso da Subcomissão de Prevenção, o enfoque esteve em melhorar as condições de saúde, prevenindo a deficiência e assegurando à população infantil o direito de desenvolvimento sadio. Para tanto, procuravam agir através de programas de vacinação, alimentação suplementar, prevenção à surdez e à cegueira, assistência à gestante, dentre outros.

Na Subcomissão de Educação Especial, seus membros estiveram voltados para a sensibilização da Educação ao atendimento da criança com deficiência, buscando ampliar a inclusão dos mesmos no sistema regular de ensino. Com a Subcomissão de Legislação puderam discutir, além da criação do Conselho, a formulação e implementação de uma legislação específica municipal à pessoa com deficiente. A Subcomissão de Barreiras Arquitetônicas preocupou-se em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

removê-las e a de Profissionalização buscou o direito do acesso ao trabalho sem discriminação, levando em consideração a capacidade e aptidão de cada um.

As palavras-chave que se fizeram motes da campanha nacional foram “apoio” e “integração”. Ou seja, apoio significava “tudo aquilo que deve ser feito para ajudar o deficiente a conseguir o uso máximo de sua potencialidade” e integração “movimento mútuo (deficiente x sociedade) de aceitação e participação” (Ano Internacional dos Deficientes, s/d).

Ao lermos as ações travadas por cada Subcomissão, notamos o imbricamento entre a perspectiva da integração e da incipiente inclusão, o que dá a entender a forma como a sociedade pensava e experimentava a deficiência na década de 1980. Dentro desse movimento, parecia existir uma ambiguidade entre a adaptação da pessoa para inseri-la na sociedade e a equiparação de oportunidades de acesso para a participação.

Chama a atenção o fato de que, no ano de 1981, houve uma preocupação dos atores envolvidos, principalmente dos que formavam a Subcomissão de Legislação, em investir na criação de um decreto municipal que criasse o Conselho Municipal de Pessoas Deficientes, com a seguinte justificativa:

> Tendo em vista não haver condições de viabilização, em apenas um ano, das ações a serem imprimidas em favor da pessoa deficiente, cria-se um Conselho, de caráter permanente, visando a consecução das iniciativas iniciadas em 1981, prevendo-se, inclusive, avaliação posterior, após uma década de trabalho (Relatório Sumariado da CMAIPD, s/d).

Assim, em continuidade à Comissão do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, foi instituído o Conselho Municipal de Assistência às Pessoas Deficientes – COMAD, absorvendo, com os mesmos objetivos, os projetos anteriores com o intuito de implementá-los ou promover a sua execução. Nesses termos, o COMAD foi o primeiro Conselho voltado para a defesa dos direitos da pessoa com deficiência no Município, criado em 17 de dezembro de 1981, pelo Decreto 3641/81, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social - SMS, durante o Governo Municipal de Moreira Franco. O quadro 1 traz informações acerca da regulamentação do Conselho e em que âmbito esteve ligado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

**Quadro 1**: Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência às Pessoas Deficientes de Niterói – COMAD

| OCORRÊNCIA | DECRETO Nº |
|---|---|
| Criado o COMAD na SMS | 3641/81 |
| Aprovação do Regimento Interno | 3826/82 |
| Passagem para Coordenadoria de Bem Estar Social | 3965/83 |
| Regimento Interno revisto e aprovado | 4091/83 |
| Passagem para o âmbito da Secretaria Municipal de Trabalho e Bem Estar Social – SMB, com a criação da mesma | 4975/87 |

Fonte: II Semana da Pessoa Portadora de Deficiência, realizado em 1988, pela secretária executiva do COMAD, Ana Lúcia da Costa Silva Cruz, com dados referentes ao Conselho.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

De acordo com o Decreto Nº 3641/81 e com o Regimento Interno (1982), o Conselho tinha como finalidade promover, orientar, coordenar as atividades voltadas para as pessoas com deficiência, além de estabelecer a política de ação comum entre entidades e pessoas envolvidas.

O COMAD[90] conta com registros documentais até o ano de 1995. Funcionou com a participação do governo e principalmente, das instituições que proviam atendimento às pessoas com deficiência[91]. Vejamos na fala de duas conselheiras do COMAD como era desempenhado por ele o papel de órgão consultivo e, para elas, que significado tinha essa atribuição para a sociedade.

> *(...) nós éramos chamados em todas as solenidades. Quando a gente chegava no salão do Prefeito todos comentavam porque éramos membros do COMAD. Isso porque não existia isso de Conselhos. Niterói surgiu com esses conselhos (...) E havia um reconhecimento do COMAD. Quando o programa médico de família inaugurou o primeiro módulo, eu não fui lá porque era presidente da instituição X, não! Eu fui lá como representante do COMAD (...) Fomos nós que fizemos todo o mapeamento! Pra você ver o respeito que tinha pelo COMAD! (...) mas*

[90] Os conselheiros se encontravam em reuniões ordinárias quinzenais e extraordinariamente mediante convocação especial. Com relação ao mandato, os conselheiros podiam permanecer por quatro anos, permitindo-se a recondução. No mais, a cada dois anos, procedia-se uma renovação com um terço da sua composição, mediante sorteio entre os conselheiros. No entanto, em caráter excepcional e por decisão do Plenário, o membro considerado indispensável para o bom funcionamento dos trabalhos era excluído da substituição.

[91] É importante destacar que, segundo as pessoas entrevistadas, nesse período de ação do Conselho, apenas três pessoas que participaram como representantes desse movimento tinham alguma deficiência.

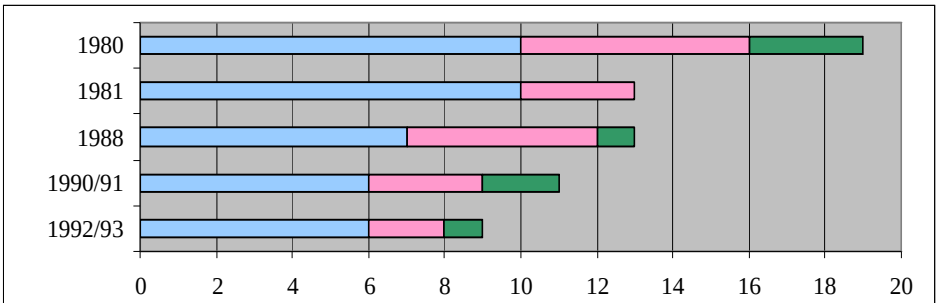
> *tudo o que o Secretário de Saúde tinha que fazer que envolvia alguma coisa de deficiência, ele ia e solicitava uma visita na reunião do COMAD. Ele, o Secretário de Saúde. Ele queria explanar pra pegar subsídio conosco. Era o prestígio que a gente tinha. E prestígio com os prefeitos (...) não se fazia nada para o deficiente sem o COMAD, nenhuma Secretaria fazia alguma coisa sem consultar o COMAD (Conselheira, B).*

> *Foi criado um slogan: Niterói uma cidade solidária para todos! Niterói ficou conhecida no Brasil todo. Saía na televisão, saía em tudo quanto é lugar! Era Niterói e Curitiba (Conselheira, C).*

Com relação à primeira composição do Conselho em 1981, dos 13 (treze) membros representantes, 10 (dez) eram de entidades não-governamentais e o restante era representante do governo. No relatório de 1988, identificamos que, nesse momento o COMAD contava com 13 (treze) membros, dentre os quais 7 (sete) eram representantes de Entidades, 5 (cinco) eram do Governo e 1 (um) exercia a função de secretário.

Por conseguinte, no Relatório de 1990/1991, o Conselho era constituído por 11 (onze) membros, com 6 (seis) representando Entidades, 3 (três) o Governo e o restante ocupavam cargos de apoio e secretário. E em 1993, dentro de um total de 9 (nove) pessoas, 6 (seis) representavam Entidades, 2 (duas) o Governo e 1 (uma) era a secretária. Vejamos como fica no gráfico 1:

**Gráfico 1:** Composição da Comissão Municipal do Ano Internacional da Pessoa Deficiente e do Conselho Municipal de Assistência às Pessoas Deficientes entre os anos de 1980 e 1992




| | 1992/93 | 1990/91 | 1988 | 1981 | 1980 |
|---|---|---|---|---|---|
| Outros | 1 | 2 | 1 | 0 | 3 |
| Governo | 2 | 3 | 5 | 3 | 6 |
| Entidades | 6 | 6 | 7 | 10 | 10 |

Fonte: OLIVEIRA, L. C. **Visibilidade e Participação política: Um estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói**, 2010.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

Os dados do gráfico 1 mostram dois pontos relevantes. Em primeiro lugar, percebemos a maior presença das Entidades, desde a criação da Comissão até o fim da atuação do COMAD, variando entre 52,63% e 76,92%. Consecutivamente, é interessante observar que o Governo se fez presente em menor número variando entre 22,22% e 38,46%.

Também é importante observar no gráfico que, com o passar dos anos, o número de integrantes, caiu em 52,63%. Tal queda pode apontar dois aspectos fundamentais: o primeiro, traduz-se na mudança de perspectiva e de concepção dos Conselhos, trazida principalmente pela Constituição Federal de 1988. Alteração essa que, de certa forma, trouxe a necessidade de repensar a finalidade desses espaços e, ao mesmo tempo, demandou certa transformação na relação entre o governo e a sociedade civil.

O segundo ponto, relacionado ao primeiro, trata-se da nova forma de perceber as pessoas com deficiência na sociedade, que cria novas posturas e demarca outros posicionamentos das instituições frente à luta em prol da efetivação dos direitos da pessoa com deficiência, enquanto um representante de tutela. Veremos isso mais adiante.

Um outro fator que não poderíamos deixar de expor, refere-se às finalidades que balizaram as ações, programas e projetos elaborados para a melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência. Desse modo, de acordo com o Relatório Síntese do COMAD (1988), o Conselho tinha as seguintes finalidades:

> 1) Implantação de uma política de apoio ao deficiente em consonância com as diretrizes do Governo Municipal de Niterói; 2) Organização de Seminário para debates com a comunidade (em todas as suas áreas) a fim de conscientizar as famílias, as empresas, o governo enfim, para um posicionamento adequado no tratamento do deficiente; 3) Entrosamento entre as entidades de atenção ao deficiente, no Município, no Estado e no Governo Federal, para melhorar o atendimento à clientela; 4) Reivindicação, junto aos Órgãos competentes, governamentais, Entidades privadas, outras, de benefícios, para a Assistência ao Deficiente.

A leitura dos documentos identificou que as preocupações latentes do Conselho estavam em, pelo menos, três eixos: estimular o fortalecimento das associações de atendimento às pessoas com deficiência; articular-se com os diversos organismos governamentais e não-governamentais para viabilizar as

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

ações e propor medidas de aperfeiçoamento; e, articular-se com a comunidade de Niterói para a execução de trabalhos na área.

É importante destacar alguns fatores estimuladores desse desempenho: em primeiro lugar, vale relembrar que, por volta de 1960 no Brasil, o paradigma de serviços (Aranha, 2008), cujo objetivo era oferecer serviços em todas as áreas visando preparar as pessoas com deficiência para o convívio social, havia estimulado o *boom* das instituições especializadas.

Em segundo lugar, a escassez de ações governamentais era tamanha que dar conta dessa necessidade ficou a cargo das associações filantrópicas[92]. Sendo assim, a questão da deficiência é um assunto que, desde o início, a sociedade se colocou mais a frente, e desse modo, o repasse da responsabilidade das ações do poder público para as entidades veio criando uma trajetória de dependência com o Estado e o financiamento governamental.

De um modo geral, como bem coloca Degennszajh (2007), a prática do assistencialismo no Brasil, veio reduzindo os beneficiários dos programas e projetos assistenciais - que deveriam ter as suas necessidades básicas assumidas como responsabilidade pública - à condição de "pedintes" institucionais. Essa situação revela que, historicamente, a cultura política construída em torno das ações assistenciais não tem envolvido compromissos de longo prazo. Na realidade, reiteram iniciativas dos interesses imediatistas dos governantes, tornam os sujeitos dependentes do favor, dificultando a ruptura com o paternalismo e com a cultura da tutela.

Enfim, o importante a ser observado está no fato de que essa dependência entre instituição e Estado acaba refletindo na forma de representação dessas instituições nos Conselhos. Degennszajh (1998), alerta que a incorporação dessas instituições na luta em defesa dos direitos dos diversos segmentos, traz um amplo leque de experiência com os segmentos discriminados e excluídos da sociedade, contribuindo para ampliar as alianças plurais dentro do espaço público.

Por isso, nas palavras da autora, é preciso ter cuidado com os distintos projetos societários que estão em confronto, de modo que cada um traz para

[92] Dessa forma, segundo Degennszajh (1998), de um modo geral, as ações de cunho assistencialista, se caracterizam como ações emergenciais e residuais que não produzem direitos e não são judicialmente reclamáveis. Num campo tradicionalmente imbricado com ações da benemerência e da filantropia, constituíram-se num mix de ações dispersas e descontínuas de órgãos governamentais e instituições privadas, reproduzindo a tutela sobre as camadas discriminadas da sociedade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

público, distintos significados a respeito dessa participação da sociedade na prestação de serviços. Em verdade, as entidades - enquanto sociedade - têm duas formas de lidar com o repasse de responsabilidade e representar os diversos segmentos: Podem aprofundar a democracia através da expansão da esfera pública ou tornarem-se substitutivas do papel estatal no fornecimento de serviços públicos aos cidadãos. Podem estar relacionadas a construção da democracia quanto a práticas reprodutoras de relações de dominação. Quem esclarece isso é o GECD (1998-1999, p.33), destacando:

> O quadro de constituição da sociedade civil é, portanto, muito mais amplo, complexo e indeterminado, composto por um leque multifacetário de organizações que atuam desde a filantropia até a crítica radical ao sistema, e desde as práticas políticas e culturais mais tradicionais e autoritárias até as que lutam para a construção de uma sociedade efetivamente democrática.

Entretanto, vimos que as instituições de atendimento às pessoas com deficiência no Brasil, além de oferecerem os serviços, estimularam o início de uma luta por melhores condições de vida e por igualdade de condições no acesso à escola, ao mercado de trabalho, à saúde e à reabilitação, ao transporte, ao lazer, ao turismo e à cultura. E, nesse caminho, foram conquistando importantes avanços na legislação e construindo novas concepções, que possibilitaram sensíveis mudanças na forma como a sociedade percebe a pessoa com deficiência.

Nesse sentido, percebe-se pela leitura dos documentos e dos relatos feitos que existiu um esforço de pensar na melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência no Município, buscando efetivar políticas públicas (já discutiam questões como kombi adaptada; passe-livre; educação especial; central de intérpretes de língua de sinais), que não fosse somente a benefício da instituição. Examinemos essa questão nas seguintes falas:

> *Sem paternalismo ou demagogia. Nós não estávamos ali com pena de ninguém, mas pra realizar um trabalho em prol de pessoas que tinham direito de exercer a sua cidadania e precisavam que o governo garantisse isso. E só o Conselho poderia mostrar isso e mudar orientações de governo... Sem paternalismo e sem demagogia porque ninguém ali era candidato a nada, ninguém ali queria se promover, tanto é que eu estou aí nessa coisa desde 68, são 41 anos, nunca me candidatei a nada, então não havia a demagogia de fazer para aparecer pra nada (Conselheira, A).*

> *Tudo o que a gente fazia, a gente fazia objetivando as políticas sociais. Nós nunca pensamos na instituição. Nós trabalhamos no sentido de melhorar as políticas sociais. Só melhorando as políticas sociais, nós poderíamos melhorar (Conselheira, C).*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

> *Sempre o interesse foi ampliar para o público. Nós queríamos um trabalho abrangente para cobrir... O SUS mostra isso. Lutávamos pelo atendimento indiscriminado ao deficiente (Conselheira, B).*

O Conselho estabelecia como uma de suas metas a aproximação com Governo. Para isso, vimos através do próprio Relatório do COMAD de 1992/1993, que o Conselho se reunia com as Secretarias Municipais com o intuito de somar forças para viabilizar os seus projetos[93].

> Vários foram os encontros com o Exmº Sr. Prefeito, que demonstrou interesse pelos projetos e propostas do Conselho, principalmente no projeto que instala sinais sonoros para cegos, já em fase de experimentação, estando o primeiro instalado em frente a AFAC (Associação Niteroiense de Amparo aos Cegos). Projeto de curto prazo, da Presidente da AFAC, instalação de placas em Braille, nos elevadores. A médio prazo o Exmº Sr. Prefeito, vê a possibilidade de realizar a capacitação dos profissionais de educação na área do deficiente (Relatório do COMAD de 1992/1993).

No documento "Programa de Revitalização do COMAD" (1985), essa intenção de articulação com o Governo fica clara nos seguintes objetivos específicos do Conselho: propor medidas consideradas necessárias ao aperfeiçoamento das ações a serem efetivadas pelos órgãos governamentais; apreciar e opinar acerca dos planos de aplicação das verbas orçamentárias e outras destinadas ao desenvolvimento dos problemas, campanhas e atividade às pessoas deficientes; e, promover maior integração entre os organismos públicos e privados, com vistas a auferir benefícios em favor das pessoas com deficiência.

Diante do posicionamento do Estado frente à responsabilidade de assumir as necessidades públicas, refletimos: talvez o fato das instituições assumirem os serviços, bem como o conhecimento a respeito dos problemas e das dificuldades que perpassam a deficiência, seja um dos motivos pelo qual o governo, na época,

[93] A partir da leitura dos Relatórios, que abrangeram o período entre 1982 a 1993 colocamos em destaque as seguintes ações e conquistas do segmento: tentativa de sensibilização da sociedade para as questões que perpassam a vida da pessoa com deficiência; integração entre as instituições; treinamento de agentes de saúde e professores para o atendimento à pessoa com deficiência; campanhas de prevenção; criação do Centro de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação; concessão do passe-livre para deficientes e acompanhantes; pronunciamento junto à Constituinte com relação aos direitos das pessoas com deficiência, criação da Semana da Pessoa Deficiente no Município de Niterói pela Lei nº 536 de 1º de março de 1985, por sugestão da Associação Niteroiense do Deficiente Físico – ANDEF; construção de rampas nas ruas e demarcação de vagas no município; formulação de outros projetos que já discutiam transporte adaptado, treinamento de cão-guia e criação de uma central de intérpretes; organização e participação em Seminários, Encontros, Simpósios e Conferências dentro e fora do município, e até mesmo em outros países; a revisão da lei orgânica municipal; contato com a Universidade Federal Fluminense para a introdução da disciplina "deficiência" nos cursos; dentre outras.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

"valorizava" o ato de ouvi-las para a formulação de algumas políticas, estabelecendo com elas, posteriormente, os convênios necessários. Ou seja, reafirmava o repasse da responsabilidade.

Vejamos as falas das conselheiras do COMAD sobre como elas percebiam a relação com o Estado e a força política que tinham frente aos Órgãos competentes.

> *Nós na época éramos ligados ao gabinete do prefeito, então ele dividia conosco as nossas reivindicações, os convênios foram se firmando... A gente ia levando as questões que eram mais preeminentes, porque os problemas eram muitos, então as questões mais preeminentes a gente ia tentando resolver com ele (Conselheira, A).*

> *Hoje, eu não sei, eu não sei! Porque a gente convocava os Secretários lá, no caso das rampas, por exemplo, a gente colocou o pessoal de obras todo. É o que eu estou falando havia força... A gente convocava e tinha que ir (...) Se eles não fossem, o próprio Prefeito convocava. Nós tínhamos uma força extraordinária. Políticos só eram eleitos se a gente quisesse. A gente derrubava políticos, era só unir as forças (...) teve um candidato que em uma reunião com muita gente, ele chegou e disse: Ah! Para a escola de samba, a gente dá uma verba com satisfação porque a gente vê a alegria do povo. Mas nessas Instituições de deficiência a gente não vê (...) Nós trabalhamos mais de oito meses na campanha contra ele, desse candidato a deputado, nunca mais ele foi candidatado. Sumiu! Evaporou! (Conselheira, B).*

Contudo, essa aproximação pode também significar dizer que, ao estreitarem os laços com o Governo, propondo e opinando para a melhoria das ações e interferindo nas decisões, mostravam uma incipiente atitude de partilhar poder e/ou de controlar as ações que eram desenvolvidas pelo Estado para as pessoas com deficiência. Lembrando que, a construção e a trajetória desse Conselho tiveram como pano de fundo a redemocratização do Estado brasileiro, suas ações traziam, processualmente, o caráter participativo na gestão pública.

Nesse sentido, entendemos que o COMAD, sendo um dos primeiros do Brasil a tornar visíveis as necessidades sentidas pelas instituições e pelas pessoas com deficiência, tratava-se, sem dúvida, de um importante avanço para a sociedade brasileira. Apesar de sabermos que ainda era predominante a tendência centralizadora, autoritária e patrimonialista do Estado, estávamos diante de uma experiência de cunho político, onde membros da sociedade exercitavam a sua cidadania, sendo capazes de criar e recriar os direitos sociais. Nesse sentido, percebemos o avanço que essas instituições representaram em prol da defesa e garantia dos direitos da pessoa com deficiência:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

> *A gente uniu essas forças. O COMAD servia de levar, o que eles tinham pra dizer pra gente ao prefeito (...) Então o COMAD serviu para integrar! Aqui nós tínhamos uma força extraordinária. A acessibilidade, por exemplo, aquelas rampas (...) tudo isso já era discutido naquela época do Conselho em mil novecentos e oitenta e pouco (...) Então o COMAD serviu pra isso, intensificar a luta aqui dentro de Niterói e melhorar a vida de todos os deficientes, ao mesmo tempo, de dar uma independência (Conselheira, B).*

O último fator destacado trata de como parecia relevante para o Conselho fomentar uma articulação com o que eles chamavam de "comunidade de Niterói". Essa intenção é identificável no documento Programa de Revitalização do COMAD (1985), no qual apresenta como alguns de seus objetivos específicos:

> I – Participar do esforço comunitário para efetivar ações direcionadas e/ou executar trabalhos na área da deficiência em Niterói, visando: conscientização; prevenção; educação especial; reabilitação; capacitação profissional e acesso ao trabalho; remoção de barreiras arquitetônicas; e legislação (...) VIII – Estimular e fortalecer a livre associação das pessoas deficientes na defesa de seus interesses e reivindicações.

Contudo, reparemos em um aspecto: os representantes do COMAD eram pessoas sem deficiência, na maioria das vezes, presidentes das instituições de atendimento à pessoa com deficiência. Os representantes do COMAD funcionavam como porta-vozes dos demandatários, tutelando as relações.

Sendo assim, essa "ação participativa" utilizada como uma das estratégias de revitalização do COMAD, ainda não alcançava em sua amplitude o significado da participação proposta pelo Ano Internacional das Pessoas Deficientes, nem tão pouco, o da "nova" cidadania trazida pelos movimentos sociais: uma participação que exige do sujeito, que ele seja o próprio porta-voz da sua demanda, definindo o porquê e decidindo aonde quer ser incluído. Ou seja, pareciam não preconizar, de fato, que as pessoas com deficiência também fossem membros no processo de construção da sociedade.

## O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência - COMDDPPD

Prosseguindo a trajetória, pudemos constatar que quatro anos após o último relatório encontrado do COMAD (1992-1993), houve a criação de um novo Conselho no Município de Niterói voltado para a defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Sendo assim, em 22 de dezembro de 1997 foi instituído o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência – COMDDPPD, pela Lei nº 1.621.

Diante dessa situação, fizemos as seguintes perguntas: Por que mudou? De que maneira ocorreu essa passagem do COMAD para o COMDDPPD? Quais foram os atores que provocaram essa transformação? O que trouxeram de diferente?

Em contato com a Lei de criação do COMDDPPD, notamos que, se comparada ao Decreto 3641/81 que cria o COMAD e com o seu Regimento Interno (1982), houve duas diferenças expressivas: os seus *representantes eram as próprias pessoas com deficiência;* e tratava-se de um órgão não apenas consultivo, mas *fiscalizador* da política municipal para integração[94] da pessoa portadora de deficiência.

Desse modo, em primeiro lugar, vamos nos ater à primeira diferença: Não existiam mais presidentes das instituições, profissionais da área que nelas atuavam ou qualquer outra pessoa sem deficiência envolvida na causa, representando as pessoas com deficiência, no âmbito da sociedade civil.

Nesses termos, é importante recordarmos que, conforme vimos anteriormente, o *boom* das instituições no Brasil trouxe importantes aspectos ao tema. Ou seja, ao mesmo tempo em que, construiu uma relação de tutela entre as instituições e as pessoas com deficiência, desenvolvendo ações muitas vezes de cunho assistencialista[95], também trouxe benefícios em termos de fortalecimento progressivo na luta pelos direitos desse segmento, garantindo em conjunto avanços substanciosos, inclusive na legislação.

Em segundo lugar é relevante enfocar que vivíamos em um período de mudanças na forma de perceber a pessoa com deficiência, que caminhava, ainda que de forma incipiente, para o entendimento de que como sujeitos de direitos e

[94] Podemos verificar que o termo integração, proveniente do paradigma de serviços cujo lema era "preparar para o convívio", ainda era utilizado. Esses dados foram retirados da própria Lei de Regulamentação do COMDDPPD (Anexo 1).

[95] De toda forma, essas ações assistencialistas não podem ser pensadas numa única perspectiva. Conforme enfatiza Degennszajh (2007), tais ações podem desencadear nos sujeitos dois tipos de respostas: conformidade e passividade, exprimindo ausência de participação nos espaços públicos; como também podem gerar a revolta e a resistência. Nesse caso, deve-se considerar que, ainda que incipientes, os programas e os projetos de assistência social podem ser fontes de estimulação, incitando o potencial emancipável dos sujeitos, e tão logo, a participação nos seus processos de formulação e implementação. Assim, nas palavras de Degennszajh (2007, p.160) "deslocam as ações assistenciais do plano de ajuda e da tutela para o plano da cidadania e dos direitos".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

membros da sociedade deveriam participar ativamente no desenvolvimento das suas cidades, além de terem garantido a igualdade de condições[96].

Na fala das conselheiras do COMAD podemos observar que, aos poucos, ía mudando a forma de perceber a participação da pessoa com deficiência na sociedade.

> *Quer dizer, nós estávamos lá, como as mentoras, cada uma com sua área (...) porque naquela época o deficiente auditivo não é como hoje. Antes eu representava o deficiente auditivo, hoje ele não precisa de ninguém para se representar. Hoje ele se representa. Ele está presente e se representa. Isso eu me lembro muito bem quando começou a surgir assim, essa oportunidade da gente dar para os surdos é ... falar através do intérprete. Eu disse numa reunião, numa solenidade lá na Pestalozzi, eu disse: Estou muito feliz hoje porque não estou representando o surdo, estou representando a APADA porque eu tenho um surdo pra se representar (...) aquilo ali, foi uma coisa assim, um momento muito (...), de vitória, de muitas lutas (...) Toda a vida, a cultura nossa foi passar a mão na cabeça do deficiente. A técnica era dar o peixe e não ensinar a pescar. Isso acabou. Nós resolvemos que o deficiente precisa aprender a viver! (Conselheira, B).*

> *A gente funcionou até 96, eu acho. Porque em 95, o Jorge Roberto assumiu e aí a gente teve que esperar a nomeação... Essa passagem foi mudança de governo, nomeação das pessoas e não houve e morreu (...) Nós não tínhamos mais um conselho, houve mudança de governo e nós ficamos a deriva, esperando que se fizesse alguma coisa (Conselheira, A).*

> *O COMAD acabou porque surgiram esses novos conselhos, não tinha mais lugar. Surgiu o Conselho de deficientes. Se tinha um Conselho Municipal, tinha o Estadual e tinha o Federal pelos deficientes... Nós não fomos chamados para integrar... O surdo não tem como fazer nada, o deficiente mental também não tem. O cego e os deficientes físicos sim (..) Não são mais representados, eu acho ótimo não serem mais representados, só que não temos surdos preparados desse jeito, aí a gente manda qualquer um. Os que têm trabalham o dia inteiro... Não tem como faltar (Conselheira, B).*

> *As instituições ficaram muito magoadas até porque as pessoas não viam... mas em toda passagem, em toda modificação há um sofrimento pra depois haver o crescimento, não é? Toda modificação em alguma coisa, sempre tem a dor pra chegar... não é nem ao ideal, mas a alguma coisa de mais positivo, e tal. Nós passamos por isso! (...) houve uma dor de modificação e houve uma afirmação aos poucos do movimento que estava se formando e que está se firmando cada dia mais e eu acho que está indo bem (Conselheira, A).*

Gradualmente, as próprias pessoas com deficiência iam se fortalecendo e criando em si a concepção de que eram sujeitos sociais ativos e políticos. Podemos constatar esse movimento nas falas dos conselheiros atuais,

[96] Essas concepções são trazidas pelo próprio segmento, principalmente, no Ano Internacional das Pessoas Deficientes, somado a Década das Nações Unidas para a Pessoa Portadora de Deficiência e ao Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas Portadoras de Deficiência.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

denominados a partir de agora pelas letras D, E, F, G e H, que estiveram presentes naquela fase de transição.

> *A gente participou! Nós saímos, eu lembro na época, que a gente saiu e discutimos nas reuniões essas coisas todas, exatamente com intuito de que a gente pudesse ter o Conselho que a gente queria... Eu lembro que nós tivemos na Prefeitura uma votação, envolvendo o Presidente da Câmara e... nós fomos ao Evento, na votação do Conselho antigo e a Andef fez uma movimentação durante, com as pessoas portadoras de deficiência, um manifesto lá, contra aquele Conselho que a gente chamava de Conselho das primeiras-damas, que não representava a Pessoa Portadora de Deficiência, né! Teve uma discussão enorme, e o Presidente da Câmara quis expulsar... as pessoas portadoras de deficiência que estavam lá... e essas coisas todas, e eu sei que acabou... E depois disso, o COMAD passou a ter pouco...pouca funcionalidade até chegar realmente no Conselho que a gente queria (...) A primeira grande luta que a gente teve, como movimento de luta das pessoas portadoras de deficiência de Niterói foi exatamente pelo Conselho de Pessoas Portadoras de Deficiência... que historicamente era um Conselho como se fosse de Primeiras-Damas, né! Não era bem de Primeiras Damas, mas era de pessoas que representavam as pessoas portadoras de deficiência. E a gente sempre teve que lutar pela nossa representação dentro do município de Niterói. Então, foi quando a gente conseguiu... é... alterar aquele processo anterior que vinha... que eram representantes de entidades que representavam pessoas portadoras de deficiência. O que nós tivemos foi um avanço, a partir do momento que a gente passou a se representar, então isso foi um... um marco! Teve muita discussão sobre a questão.... e aí, passou a ser um marco divisório quando a pessoa portadora de deficiência passa a se representar. Isso era uma luta nacional, não era nossa aqui de Niterói. A partir daí a gente queria que em Niterói fosse um Conselho também, de pessoas portadoras de deficiência, não é o que é hoje também não...como a gente conseguiu no município do Rio de Janeiro... foi o primeiro Município que tinha todas as representações na área da pessoa portadora de deficiência. Era o Conselho de pessoas portadoras de deficiência...com...deficiência física, deficiência auditiva, deficiência mental (...) Nós somos as pessoas que podemos falar sobre nós... não temos ninguém nos representando... (Conselheiro, D).*

> *Queríamos discutir o dia-a-dia das pessoas com deficiência, através do protagonismo do deficiente visual, protagonismo do deficiente físico-motor, protagonismo do deficiente auditivo, protagonismo da pessoa com deficiência intelectual. Desde a primeira lei, a 2621 que você tem o deficiente mental historicamente tutelado, historicamente considerado incapaz. Agora, você encontra ele no Conselho, falando por si só. Nós tínhamos dois conselheiros com deficiência mental falando por eles, falando pelos seus direitos. Os dois participaram, os dois contribuíram, os dois falaram, os dois se colocaram na discussão (...) Alí a pessoa estava se auto-representando (Conselheiro, E).*

Nesse caso, o COMDDPPD fixou um novo marco na história de luta do segmento, colocando as próprias pessoas com deficiência à frente das decisões e como representantes da sociedade civil. Nesse momento, fica notório que o movimento caminhava para estabelecer o protagonismo das pessoas com deficiência, sem que elas precisassem de porta-vozes.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

Apesar de essa nova formação ser composta apenas por pessoas com deficiência, não significava dizer que iriam caminhar sem precisar das ações desenvolvidas pelas instituições e sem ouvi-las, não valorizando o que conquistaram até o momento.

A atual composição deste Conselho foi fruto da necessidade histórica desses sujeitos se mostrarem enquanto pessoas capazes de falarem e decidirem por si, como também de protagonizar a construção da vida em sociedade. Mesmo assim, através das entrevistas pudemos perceber que a decisão de não partilhar do espaço decisório com as entidades acabou gerando um distanciamento delas no Conselho. Nas palavras de um conselheiro vemos o significado que o COMAD passou a ter para o segmento de luta da pessoa com deficiência.

> *Ele trouxe avanços na... porque foi vontade naquele momento em que os pensamentos das pessoas era esse tipo...que nós vamos ajudar as pessoas portadoras de deficiência, entendeu? Não ouvindo a pessoa portadora de deficiência. Lógico, todas as coisas têm que ter o seu momento, né! Ele foi importante pra aquele momento, na forma, no papel que ele desempenhava. Agora, a partir do momento em que as pessoas portadoras de deficiência passam a se organizar, lutar pelos seus direitos e se representar, se tem uma passagem para um casamento novo, uma mudança no Conselho, e que foi o que aconteceu. Teve sua importância, foi importante pra época, pros pensamentos da época... (Conselheiro, D).*

Remetendo-nos à segunda diferença expressa entre o antigo COMAD e o COMDDPPD, deve-se considerar que este último trazia, pela primeira vez, em sua natureza a função de fiscalizar e controlar as ações do Estado. Entretanto, ainda que estivessem ajustando-se às transformações societárias de participação e partilha de poder, compreendemos que as atribuições demarcadas em sua legislação ainda estavam mais dirigidas para consultas e propostas, sem sobressaltar o poder de exigir o cumprimento das ações pelo poder Executivo. Vejamos as seguintes e únicas atribuições enumeradas pelo Conselho:

> I – Assessorar o Prefeito na definição da política adotada para o atendimento das necessidades das pessoas portadoras de deficiência; II – Coordenar, acompanhar e assessorar projetos e propostas de interesse do cidadão portador de deficiência, atuando com o apoio da Secretaria de Integração e Cidadania, em articulação com as demais Secretarias Municipais; e III – Encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes, denúncias de todas as formas de negligência, omissão, descriminação, exclusão e violência contra as pessoas portadoras de deficiência (Lei nº1621, 1997).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

Todavia, não podemos ignorar a importância que esse caráter consultivo tinha e ainda tem para esse segmento. Verificamos que, principalmente nesse momento histórico (1997), ser solicitado representava para eles ser ouvido, ter voz, fazer parte do processo. Ou melhor, emitir vozes fazia parte de um processo de afirmação desses sujeitos, que por séculos, foram taxados como inválidos e incapazes para a ação.

> *O ideal seria... que o Conselho fosse formado, isso é uma coisa que a gente sempre lutou...formado por portadores de deficiência. Isso não é preconceito em relação às outras pessoas. E é inclusive um momento histórico em que a gente ainda tem que comprovar à sociedade a nossa capacidade... mas com certeza a gente tem condições de deliberar sobre o que a gente quer. Por exemplo: a Câmara Municipal aprova um Projeto voltado para a questão da pessoa portadora de deficiência, o Prefeito tem que sancionar o Projeto. Ao chegar à Prefeitura o Projeto ao ser sancionado pelo Prefeito, ele encaminharia do mesmo jeito que ele encaminha pra Secretaria de Governo, pro Departamento Jurídico da Prefeitura, ele encaminha pro Conselho, pro Conselho entrar com um parecer. Oh, nós não queremos dessa forma, a gente propõe outra forma, para atender as necessidades da pessoa portadora de deficiência. Manda pro Prefeito, o Prefeito faz a Emenda necessária, e encaminha pra Câmara. O papel do Conselho a nível de legislação, seria dessa forma, o Prefeito vai... fazer o caminho Niemayer... passa pelo Conselho... olha pra sugestão do Conselho e aí, lá o Conselho vai sugerir: tem que ter o piso tátil, tem que ter a rampa, tem que ter isso, tem que ter aquilo... não é que o Conselho vá influenciar em quantas curvas vai ter o caminho Niemeyer, se um prédio vai ser de dez andares, de vinte andares, ou cinco andares. O Conselho vai influenciar nas questões pertinentes à pessoa portadora de deficiência (Conselheiro, D).*

Para prosseguir, levantando os documentos da Lei de criação e o seu Regimento Interno, pudemos observar que o COMDDPPD era constituído por dez membros, dentre os quais dois representavam o Governo e os oito restantes eram representantes da sociedade civil[97]. As reuniões ordinárias se faziam quinzenalmente e o plenário elegia para um período de 12 (doze) meses a Diretoria Executiva composta pelo Presidente, Vice Presidente e pelo Secretário geral[98].

Regido por essa legislação, o COMDDPPD formou 4 (quatro) gestões, desde o ano da sua criação até meados de 2008, com mandato de dois anos, permitindo-se recondução por igual período. E nesse período de 10 (dez) anos,

[97] Portanto, cabe destacar que a lei que regulamentava o COMDDPPD não garantia paridade entre governo e sociedade civil. Era composto por 10 (dez) membros, sendo 8 (oito) representantes abarcando as áreas da deficiência visual, mental, auditiva e físico-motora e 2 (dois) representantes do Governo (Secretaria Municipal de Integração e Cidadania e Urbanismo).

[98] Cabe colocar que essa eleição era feita em escrutínio secreto para um mandato de um ano, sendo permitida recondução por igual período.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

destacamos que apenas as pessoas com deficiência ocuparam os cargos de presidência e vice-presidência.

Apesar de ter sido criado em 22 de dezembro de 1997, os conselheiros do COMDDPPD tomaram posse e assumiram a primeira gestão, apenas em outubro de 1998 (Diário Oficial de Niterói, 10 de outubro de 1999). Essa demora pode ser entendida através da entrevista realizada com um dos conselheiros e, além disso, verificamos que tiveram instituições envolvidas no processo de composição dos candidatos, através da realização de assembléias.

> *Nós tomamos posse em setembro ou início de outubro por ocasião do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência em 98. Houve esse espaço de tempo pra fazer, justamente, essa mobilização da sociedade. Porque se você pegar a lei antiga, ela prevê assembléias setoriais. E também, porque, primeiro a lei foi de outubro, aí você já perdeu janeiro, fevereiro e março. Em abril começaram as mudanças na Secretaria e aí acabou que fizeram as assembléias... Eu acho que as assembléias foram em junho, julho e aí todo mundo tomou posse em setembro ou outubro... Não foi um tempo tão grande (...) O poder público fez a ponte com as entidades para organizarem suas assembléias setoriais. A gente já estava lá, ela oportunizou essa questão. Ela contribuiu sim... apesar de não ser ela, a entidade, participante direta, mas ela incentivava as pessoas (Conselheiro, E).*

Porém, os registros de atas que encontramos iniciam-se, um ano após, no Livro de Atas e de presenças, aberto em 18 de outubro de 1999. Sendo assim, acreditando que as atas podem ser importantes aliadas ao cumprir o papel de avivar a memória histórica das ações realizadas pelos sujeitos (Krüger, 1998 apud Tatagiba, 2004), nos apoiamos cuidadosamente sobre elas, buscando de forma melhor, compreender a evolução histórica de ação política desse Conselho.

## 5.2
## Evolução do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência no decorrer de quatro gestões

As quatro gestões do COMDDPPD cobriram os seguintes períodos: 1) 10 de outubro de 1998 a 23 de setembro de 2000; 2) 23 de setembro a 03 de outubro de 2002; 3) 03 de outubro de 2002 a 27 de outubro de 2004; 4) 27 de outubro de 2004 a 19 de outubro de 2006, com prorrogação de mandato até 1º de agosto de 2008.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

Na *primeira gestão (1998 – 2000)*, encontramos um total de 10 atas (iniciadas no Livro de Atas em 18 de outubro de 1999). Através delas, pudemos perceber que as ações desenvolvidas giraram em torno de: debates sobre a necessidade de obras de acessibilidade nas ruas, buscando uma articulação com a Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento (EMUSA); preparação da Semana de Luta[99] das Pessoas com Deficiência; discussão na Secretaria de Integração e Cidadania da necessidade de ser criada uma Lei de Regulamentação de um fundo para despesas administrativas e de ter um intérprete para os membros com deficiência auditiva; bem como ações referentes à regularização do passe livre, ao levantamento do orçamento da Secretaria de Integração e Cidadania, destinado para a Coordenadoria de Políticas para Pessoas com Deficiência, e, propostas de estudo sobre o tema inclusão.

Observamos que no período dessa primeira gestão, os membros encontraram dificuldades em dar andamento nas atividades, devido ao esvaziamento das reuniões. Desse modo, verificamos que entre 18 de outubro de 1999 e 23 de setembro de 2000, oito reuniões não tiveram quorum e a média de participantes por reunião nesse período era de 4,8.

Na verdade, apenas uma reunião teve quorum com 12 pessoas e o restante, mesmo sendo estabelecido pelo Regimento Interno maioria simples para a instalação do plenário, eles faziam o encontro sem quorum. Notamos nesse sentido que, a reunião era finalmente realizada quando algum dos membros da mesa diretora estava presente. Essa era a forma precária que encontraram para dialogar sobre os assuntos que acreditavam ser necessários para o momento vivido por eles.

Segue abaixo um trecho de ata que revela um pouco desse impasse:

[99] É importante colocarmos que "O Dia Nacional de Luta das Pessoas Deficientes" foi idealizado, em 1982, pelo movimento social, através de um Encontro Nacional com todas as entidades do país ligadas aos serviços de pessoas com deficiência. Desde então, esta data é comemorada, no dia 21 de setembro, todos os anos, informalmente, em muitos Estados, como forma de divulgar as lutas pela inclusão social.
(Dados disponíveis em http://www.jusbrasil.com.br/politica/3725781/marquinho-lang-lembra-dia-nacional-de-luta-das-pessoas-com-deficiencia Acesso: 09/11/2009). A comemoração passou a ser oficial por meio de Lei Federal nº 11.133, aprovada em 14 de julho de 2005 (Dados disponíveis em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11133.htm Acesso: 09/11/2009). Deve-se considerar que, de acordo com o Relatório da II Semana da Pessoa Deficiente (1988) o Município de Niterói, como esforço do COMAD e sugestão da Associação Niteroiense do Deficiente Físico - Andef, também instituiu a Semana da Pessoa Deficiente, através da Lei nº 536, em 1º de março de 1985, a ser comemorada no mês de setembro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

> Conselheiro X expressou sua preocupação por não estar podendo participar. Além disso, ele estava desgostoso por não poder dar andamento nas propostas e desenvolver políticas de atenção aos PPD,s. Talvez a culpa seja do próprio Conselho que não se articulou e não deu ênfase as propostas. Se pararmos para fazer uma análise do quadro nestes 2 anos, ele considera que nada foi feito, ou quase nada (Reunião Ordinária realizada em 03 de julho de 2000, Livro de Atas e de Presenças, aberto em 18 de outubro de 1999).

A *gestão do biênio 2000 – 2002* tem início no dia 23 de setembro de 2000 com a posse dos conselheiros (Livro de Atas e de Presença aberto em 18 de outubro de 1999, Reunião Ordinária realizada em 23 de setembro de 2000). Desse período encontramos um total de 18 atas[100] e através delas não podemos deixar de destacar pontos relevantes, debatidos e executados, que dão cadência ao movimento de luta das pessoas com deficiência no Município. Percebemos então, que nessa gestão, o Conselho voltou a sua atenção para: a acessibilidade, sendo que desta vez ampliava o debate para as edificações, sinais sonoros, uso de Braile nos pontos de ônibus, adequação de calçadas, canteiros, orelhões e bueiros, demarcação de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência, além da regulamentação do passe livre e adequação das rampas; e a preparação do Dia Nacional de Luta, realizando a palestra "Pessoa com deficiência e mundo do trabalho" e um evento cultural no Plaza Shopping com dança e música.

Por conta das demandas de acessibilidade os conselheiros tomaram as seguintes medidas: reuniram-se com representantes dos empresários de ônibus e com o Prefeito, lutando para garantir a concessão do passe livre pelo governo e o cumprimento da Lei pelas empresas de ônibus, as quais na época, já não aceitavam a entrada das pessoas com deficiência mesmo obtendo o passe-livre; elaboraram uma cartilha sobre acessibilidade e passe livre para tornar o assunto mais claro aos usuários; e criaram, em parceria com o Departamento de Arquitetura da Universidade Federal Fluminense, uma *Comissão de Acessibilidade* para cuidar dessas questões[101].

[100] Informamos que, a partir dessa gestão, paramos de notificar o número de conselheiros, pois na lista de presença não separavam os conselheiros dos visitantes, dificultando que identificássemos cada um, principalmente porque a troca dos conselheiros era recorrente. Um outro fator que gostaríamos de sinalizar, trata-se de que também não contabilizamos o número de reuniões, pois existem muitas listas de presença sem a ata da reunião. Desse modo, não podíamos saber se existiu a reunião ou se não deu quorum. Entretanto, algumas ausências de atas tiveram a justificativa de que não foram realizadas porque não se tratava de reunião Ordinária ou Extraordinária, mas sim de reuniões da Comissão de Acessibilidade.

[101] É importante destacar que o assunto de acessibilidade pode ter tido expansão devido ao fato de que em 19 de dezembro de 2000 foi sancionada a Lei nº 10.098, que estabelece normas gerais e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

De acordo com as atas, principalmente com a do dia 19 de outubro de 2000, as ações desta Comissão e do Conselho começaram com o esforço de estudar e modificar a Lei nº 464/83 e 659/87 de adequação das edificações urbanas aos portadores de necessidades especiais de Niterói[102]. Sendo assim, identificamos que, segundo a Comissão de Acessibilidade, devido à inoperância do Governo Municipal foram encontrados impedimentos para resolver as demandas levantadas. Identifiquemos essa situação no trecho abaixo:

> (...) L falou sobre a Comissão de Acessibilidade que vinha se reunindo e funcionando bem, tendo parado por inoperância do Governo Municipal, que não deu solução para as questões levantadas. A comissão vinha estudando com a SUTRAN o problema do número de vagas para PPDs, com sinalização nos pontos de ônibus para deficientes visuais e uma sinalização mais adequada para deficientes auditivos e mentais. Destas propostas, foram colocadas algumas placas para deficientes visuais nos pontos de ônibus. A SUTRAN alegou que conforme fossem surgindo pontos novos, outras placas seriam colocadas. A Comissão informou que acompanhou um funcionário do Sr W, mostrando in loco as necessidades de manutenção de rampas novas, sinalizações, etc, apresentando sugestões no próprio local. Algumas fotografias foram tiradas junto aos orelhões e lugares de situações especiais. J informou que fez expediente solicitando a colocação de piso diferenciado junto aos orelhões e caixas de correio. Quanto às jardineiras, que a Comissão havia pedido retirada por medida de segurança, colocaram uma cerca de arame que se tornou tão perigosa quanto. Como não está havendo um retorno em cima das sugestões e solicitações, L sugere que o Conselho solicite uma audiência com o Prefeito (Ata da Reunião Ordinária realizada em 17 de outubro de 2001, Livro de Atas e de Presenças, aberto em 18 de outubro de 1999).

Portanto, diante de tal relato da Comissão, podemos identificar que o Conselho, mesmo estando em um período pós - Constituição de 1988, ainda sentia dificuldade em influenciar na definição das políticas públicas. Sendo assim, conforme colocamos em capítulos anteriores, a *centralização do poder nas mãos do executivo*, seguido do *descaso* e da *falta de reconhecimento* desse espaço, por muitas vezes, minou as ações e as decisões do colegiado, fragilizando o espaço do Conselho. O fragmento abaixo revela o desejo deles em operacionalizar as ações:

---

critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, através da supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

[102] Primeira Lei, criada em 21 de junho de 1983, inspirada pelo COMAD, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que torna obrigatória a construção de rampas em locais específicos na cidade. Ressaltamos que, apesar de ter sido criada neste ano, foi aprovada e tornou-se realidade somente em 1991. Já a segunda, dispõe sobre o Uso e a Ocupação do solo, a qual obriga as edificações coletivas de uso público à instalação de rampas, elevadores, cinemas, teatros, auditórios, banheiros, dentre outros, com dimensões adequadas (Lei de adequação das edificações urbanas aos portadores de necessidades especiais de Niterói, 1991).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

> O Conselho, como órgão articulador político de ações voltadas para os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência deve agir efetivamente fazendo com que as propostas não sejam só encaminhadas, mas aceitas e operacionalizadas (Ata da Reunião Ordinária realizada em 17 de outubro de 2001, Livro de Atas e de Presenças, aberto em 18 de outubro de 1999).

No decorrer da leitura das atas, testemunhamos que, nesta gestão, os conselheiros apontaram como necessário a presença das instituições nesse processo de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e o fortalecimento do movimento, principalmente no levantamento de demandas, através dos fóruns.

> O Conselho sugere que haja envolvimento das instituições na defesa dos direitos (Reunião Ordinária realizada em 17 de outubro de 2001, Livro de Atas e de Presenças, aberto em 18 de outubro de 1999).

> Em seguida, foi levantada a questão de que para o bom funcionamento, seria importante que a pauta fosse agendada anteriormente, para que o grupo discuta antes. Os Conselheiros acordaram que ao final desta reunião se elaborasse a pauta para a próxima, onde a mesma fosse divulgada uma semana antes. N comentou sobre a importância dos fóruns e que em Niterói, tem-se uma característica muito peculiar, pela missão em reabilitação e existência de entidades com características de grandes impérios, feudos, onde os presidentes se perpetuam. M expôs que, independente dos fóruns, as questões tem que ser discutidas com os grupos que representam. P reforçou, dizendo que acha a participação em fóruns democráticos maravilhosa, mas são sempre as mesmas pessoas e é importantes que se discuta com as bases. Talvez, as pessoas não possam estar em fóruns ou Conselhos, mas sabendo a pauta, há a possibilidade de se conversar com os grupos aos quais representam, o que reforça o exercício de cidadania (Reunião Ordinária realizada em 1º de agosto de 2002, Livro de Atas e de presenças, aberto em 18 de outubro de 1999).

O distanciamento dessas instituições no espaço deste Conselho foi observado, principalmente, na passagem do COMAD para o COMDDPPD, já destacado em linhas anteriores. Porém, a releitura do fragmento anterior confirma que não era da vontade das pessoas com deficiência afastar ou desvalorizar as entidades do processo de luta, mas sim de tomarem a frente, ou ainda, protagonizarem os assuntos que diziam respeito a elas.

Seguindo os fatos históricos, destacamos que no final do ano de 2000, os Conselhos vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social, passaram a ser acompanhados pela Coordenadoria dos Conselhos cujos objetivos principais, de acordo com o Projeto Coordenação de Conselhos (2000), estavam em garantir

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

a interface das políticas sociais e a intersetorialidade entre os Conselhos de Direitos e de Políticas, visando propiciar avanços[103], tais como:

- Ampliar o universo de atenção para os segmentos excluídos e vulneráveis;
- Demandar a execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;
- Evitar a desarticulação e superposição de ações, facilitando a interlocução com a sociedade;
- Racionalizar a participação dos conselheiros;
- Garantir a construção de uma política pública efetiva;
- Dar condições ao município da concretização da concepção de assistência social e de conquistar um bom nível de integração com outras políticas setoriais, cobrindo com eficiência as diferentes demandas sociais.

Dentro desses moldes, a Coordenadoria[104] integrou inicialmente 3 (três) Conselhos, dentre os quais estavam: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência[105]. Assim, o COMDDPPD, integrando a Coordenadoria a partir do seu segundo período de gestão, realiza a sua primeira reunião neste local no dia 13 de julho de 2001 (Livro de Atas e de Presenças, aberto em 18 de outubro de 1999).

Ao final da gestão (2000-2002) os conselheiros constataram que a participação das pessoas com deficiência ainda era escassa nos eventos, nas

[103] De acordo com a pesquisa documental realizada por Merat (2009), através da leitura dos relatórios de gestão da Coordenadoria, constatou-se que suas principais atribuições se repetem ao longo das gestões, de forma que não houve mudanças em sua perspectiva de trabalho. Nesse sentido, as principais funções, que se solidificaram na Coordenadoria desde 2000 e que dão a esta credibilidade e responsabilidade ao atuarem com os Conselhos Gestores de Políticas, são: Apoiar técnica e administrativamente às Reuniões Ordinárias, Extraordinárias e das Comissões específicas; Assessorar o processo eleitoral dos Conselhos (inclusive Conselhos Tutelares) e posse dos conselheiros; Subsidiar técnica e administrativamente a organização de Fóruns, Encontros, Seminários, Conferências, realizados pelos diversos Conselhos vinculados à SMAS; Acompanhar as Instituições registradas no CMAS e CMDCA e atendimento das novas solicitações de inscrições e registros; Estruturar a organização de capacitação sistemática aos conselheiros.

[104] Para tal desempenho, a Coordenadoria conta com uma Secretaria Executiva formada por um coordenador geral, auxiliares administrativos e assessoria técnica – Assistente Social. Cabe salientar que cada Conselho é assistido por um assistente social e um auxiliar administrativo, responsáveis por executar as ações necessárias para o bom funcionamento dos Conselhos.

[105] A partir do ano de 2001 são criados no Município e integrados a Coordenadoria: o COMDDEPI - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – Lei de Criação nº. 1839/2001; o COMAD - Conselho Municipal de Políticas e Atenção às Drogas – Lei nº. 8661/2001; e o CMJ - Conselho Municipal de Juventude – Lei nº. 2528/2008.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

Conferências, nos Encontros, dentre outros espaços, e por isso, pouco colaboravam para o planejamento e controle do cumprimento das deliberações. No trecho a seguir, outros pontos positivos e negativos foram elencados por eles.

> Mesmo não havendo quorum, foi acordado entre os Conselheiros que se faria uma avaliação do mandato, ressaltando os pontos positivos e negativos. J expôs como facilitador para o andamento do trabalho do Conselho, o maior entrosamento das Secretarias com o Conselho e como ponto negativo a falta dos Conselheiros, em que o próprio Conselho não seguiu o Regimento Interno, no que se refere a isso. Q concordou e acrescentou que a Secretaria de Obras não atendeu aos interesses do Conselho, mas percebe maior aproximação com o Executivo atualmente, já que o ex-Prefeito não participou de nenhum evento. Coloca como sugestão, que todos tenham conhecimento da legislação. Foi lembrado que cabe à mesa diretora conduzir os trabalhos e organizar a pauta, pois faltou gerenciamento e direcionamento. Q colocou como grande ponto positivo o apoio através da Coordenação dos Conselhos – as atividades aconteciam em cima e somente a partir desse ano, com a criação da Coordenação, começou a funcionar. Propôs que fossem revistas algumas propostas que não foram efetivadas. Conclui-se, então, como pontos positivos: o entrosamento com as Secretarias, a receptividade e o apoio da Coordenação dos Conselhos. Como pontos negativos: a falta de quorum, de pauta prévia, de pontualidade e organização de calendários (Reunião Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2002, Livro de Atas e de Presenças, aberto em 18 de outubro de 1999).

Observamos que o Conselho se renovou em cada momento e foi trazendo para o espaço do debate concepções mais maduras sobre o seu papel. Sendo assim, próximo à passagem para a gestão seguinte, vimos que em alguns momentos foi colocada a necessidade do Conselho revisar a Lei de criação do Conselho e o Regimento Interno. A justificativa para tal modificação está contida nos aspectos apontados em uma entrevista realizada com um conselheiro.

> *Em 2001, a gente teve as três Conferências: Municipal, Estadual e Nacional da Assistência Social. Na Assistência, a gente discutia a paridade, da importância do envolvimento da sociedade civil e do poder público estarem sentados à mesa para discutir políticas publicas. Eu fui delegado da Conferência Municipal, fui tirado delegado para a Conferência Estadual e saí delegado para Conferência Nacional e eu estava com essa discussão a flor da pele. E o CONADE, ao mesmo tempo, eu já acompanhava as discussões no CONADE, as preocupações... Quando eu cheguei em fevereiro, eu trouxe essa discussão para o COMDDPPD e eu quase apanhei. Em 2002, logo em seguida na Conferência de Assistência saiu uma deliberação. Teve a Resolução 10 de 2002 que até hoje dá a direção para a criação de conselhos. Até hoje é a Resolução que norteia a eleição para o CONADE*[106] *e que fala da questão da paridade. Eu trouxe isso também para o conselho de Niterói e mais uma vez com muita resistência (Conselheiro, E).*

[106] O CONADE, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, é um órgão superior de deliberação colegiada criado para acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para inclusão da pessoa com deficiência e das políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

Na *terceira gestão (2002-2004)*, encontramos um total de 18 atas. Nesse período, notamos sinais de mudança no processo de construção do Conselho enquanto um espaço do aparecimento e da visibilidade das questões públicas.

Isso pôde ser evidenciado a partir das ações que desenvolveram, dentre as quais destacamos cinco: uma maior articulação com outros Órgãos, traduzindo, principalmente, a ampliação da noção de direitos e de acessibilidade (Saúde, Educação, Assistência, Urbanismo, Transporte, Trabalho, dentre outros)[107]; maior participação em eventos externos aumentando a visibilidade pública[108]; intensificação da intenção de aumentar a articulação com as instituições, através da realização de algumas reuniões nesses espaços.

Para além dessas ações, nessa gestão (2002-2004), intensificou-se a discussão acerca da mudança da Lei de Regulamentação, entretanto, isso não parecia ser um desejo de todos os conselheiros. Isso talvez, porque tal mudança, fundamentada nas diretrizes do Conselho Nacional, previa uma composição

---

dirigidos a esse grupo social. O embrião do CONADE é o Conselho Consultivo da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, criado pela Lei 7853/89. Entretanto, não existe uma Lei que o cria especificamente, e sim Portarias e Decretos, como, por exemplo, o de nº 3298 de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, sobre a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, a qual consolida as normas de proteção, e dá outras providências, delimitando também as atribuições e competências do CONADE. Atualmente, o CONADE faz parte da estrutura básica da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Em 10 de junho de 2002, o CONADE instituiu os critérios básicos para implementação de Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: http://www.mpdft.gov.br/sicorde/Leg_FED_RES_CONADE_010_2002.htm. Acesso em: 29/01/2010.

[107] Iniciaram as negociações reunindo-se com: o Subsecretário Municipal de Transportes para solicitar o mapeamento dos usuários do passe-livre; com o Secretário Municipal de Saúde para tratar de assuntos como viabilização do curso de Câmara Escura (Raio X) para pessoas com deficiência visual e mapeamento dos atendimentos de reabilitação. Nesta reunião, o Secretário se prontificou a enviar todos os projetos que envolvessem as pessoas com deficiência para o Conselho emitir parecer; com o Secretário Municipal de Trânsito para retomarem o trabalho de marcação das vagas; com a Secretaria de Educação e com a Secretaria de Integração e Cidadania para discutirem sobre o mercado de trabalho e garantia de cotas. Para além dessas negociações, os conselheiros: demonstraram o desejo de marcar uma reunião com o Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (SETRERJ) para tratar dos assuntos sobre o percentual de assentos nos ônibus para pessoas com deficiência, a concessão de cartões magnéticos e como seriam esses ônibus; emitiram ofícios para o Prefeito colocando a necessidade de dialogarem sobre a garantia de transportes adaptados como vans e kombis e da participação do Conselho nos assuntos referentes às alterações urbanísticas, além de pretender evidenciar a preocupação frente a exigência das empresas de ônibus de passarem pelas catracas, já que muitas pessoas com deficiência iriam apresentar dificuldades de realizar essa ação; e por fim colocaram um conselheiro para representar o Conselho no Orçamento Participativo.

[108] Participaram da campanha de combate a acidentes de trânsito em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e a Superintendência de Trânsito de Niterói (SUTRAN); e do I Encontro Nacional de Conselhos de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, realizado no dia 06 de dezembro de 2003, em Brasília. É válido destacar que, no início da gestão realizaram a primeira capacitação de conselheiros da história do Conselho.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

paritária entre membros da sociedade civil e do governo. De certa forma, parecia que nesse primeiro momento, alguns conselheiros resistiram em dividir o espaço do Conselho, que havia sido conquistado pelo protagonismo das pessoas com deficiência.

> *Essa forma atual eu pessoalmente nunca concordei com ela, mas é... foi uma política intitulada pela Corde, em que só passariam a ter... receber recursos os Conselhos cujo formato paritário, aquelas coisas todas, e que aqui em Niterói acabou tendo que adequar a essa situação (Conselheiro, D).*

Em vários registros das atas desse período, é colocado que a ausência de alguns membros prejudicava o funcionamento do COMDDPPD. Por esse motivo, alguns conselheiros acreditavam ser necessária a mudança na composição do Conselho, já que a legislação não previa suplente e o número de representantes era de apenas 10 membros. A seguir, contraposta a questão anterior, sinalizaremos algumas preocupações que colocavam alguns membros a favor da mudança.

> (...) é apontada a questão da ausência da área de deficiência física às reuniões, o que tem prejudicado o andamento das ações deste Conselho. Após explanações, deliberou-se em enviar uma carta aos mesmos, explicando que a ausência desta área prejudica o funcionamento e solicitando que os mesmos se pronunciem na próxima reunião, momento em que este Conselho irá deliberar sobre a atitude a ser tomada para sanar tal ausência. A lei não prevê suplentes, ainda que a comissão eleitoral a tenha considerado. Isso aponta a grande necessidade dessa lei ser revista, reformulada. Todos os Conselhos estão em revisão de lei, menos o PPD (Reunião Extraordinária realizada em 13 de novembro de 2003, Livro de Atas e de Presenças, aberto em 18 de outubro de 1999).

> *Em 2003 teve o I Encontro Nacional de Conselhos e a exigência para participar do encontro era paridade. Aí foi quando o Conselho de Niterói teve a lucidez de entrar com parceria com o CONADE pra discutir a questão da paridade (Conselheiro, E).*

Na *quarta gestão* (2004-2006), contabilizamos 22 atas. Nesse período, notamos que o COMDDPPD conseguiu implementar algumas de suas propostas. Dessa forma destacamos as seguintes realizações: Reformularam e aprovaram a Lei de Criação do Conselho de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONADE, dando início ao processo de tramitação; Reformularam o nome do Conselho[109], retirando a expressão “pessoa portadora de” e colocando “pessoa com”, balizando-se nas discussões das grandes reuniões do movimento na ONU;

[109] O COMDDPPD passa a ser chamado de Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – COMPEDE.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

Realizaram a I Conferência Municipal da Pessoa com Deficiência em julho de 2005, tendo como tema "Acessibilidade: você também tem compromisso"; Elegeram representantes para acompanhar o Orçamento Participativo, a Comissão de Acessibilidade da Secretaria de Trânsito e a Comissão Permanente de Acompanhamento e Apoio ao Programa de Transporte Eficiente[110]; Participaram do I Seminário de Direitos Humanos realizado em maio de 2005, da I Conferência Estadual da Pessoa com Deficiência ocorrida em março de 2006 e da I Conferência Nacional da Pessoa com Deficiência realizada em maio de 2006; Convidaram, no decorrer da gestão, para participar da reunião os Secretários de Direitos Humanos, Urbanismo e Assistência do Município, além de receberem como visitantes representantes da Educação; e no dia 15 de maio de 2006 o Conselho foi eleito para integrar a Comissão dos Conselhos Estaduais e Municipais do CONADE (Diário Oficial, 18/05/2006)[111], fortalecendo-se institucionalmente nas esferas municipal, estadual e federal.

No final da gestão, tendo em vista que a Lei estava tramitando na Procuradoria do Município (para depois ser aprovada na Câmara e sancionada pelo Prefeito), e considerando que a composição seria diferente da qual se tinha, os conselheiros deliberaram, sob respaldo jurídico, que deveriam prorrogar o mandato para, posteriormente, realizarem uma nova eleição de acordo com a nova Lei (Reunião Ordinária realizada em 19 de outubro de 2006, Livro de Atas e de Presenças, aberto em 18 de outubro de 1999).

Desse modo, o COMPEDE deu prosseguimento na gestão[112] que rendeu mais dois anos, com um total de registro de 24 atas. Nesses moldes, realizaram outros relevantes feitos[113], dentre os quais destacamos dois:

---

[110] Um programa implantando pelo município de Niterói, em 1999, por meio do qual se transportam gratuitamente pessoas com deficiência para realizarem atendimentos nas instituições.

[111] Além dessas atividades, o Conselho deu prosseguimento nas antigas demandas recorrentes de acessibilidade no trânsito através do estabelecimento de contato com: a Secretaria de Serviços Públicos para tratar da regularização das vagas reservadas para pessoas com deficiência; a Secretaria de Trânsito para cobrar as providências que estavam sendo tomadas para garantir o cumprimento da Lei do Estacionamento e para solicitar a colocação de um sinal luminoso em frente à Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Audição. E ainda nessa gestão, muito foi discutido sobre a situação de pessoas com deficiência que trabalhavam como ambulantes no Município e tiveram a licença negada e a mercadoria retida. Para tanto, solicitaram da Secretaria Municipal de Assistência um diagnóstico dos motivos que levaram a perda da licença e propuseram iniciativas para ampliar a medida de empregabilidade. No entanto, não obtiveram muitos resultados nesse período. Além disso, participaram da Audiência Pública sobre Acessibilidade, realizada pelo CREA, no dia 09 de agosto de 2006.

[112] É importante destacarmos que no primeiro ano completo da gestão o presidente colocou que deveriam eleger novos membros para a mesa diretora, entretanto a plenária deliberou a recondução

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

1) Criaram uma Comissão de Visita aos Prédios Públicos em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, com o intuito de verificar a adaptação desses espaços para as pessoas com deficiência, segundo o Decreto 5296/04[114]. Inspecionaram o Terminal Rodoviário, as calçadas no entorno da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Assistência e os acessos a elas, a Ordem Brasileira dos Advogados e a Associação Fluminense de Amparo aos Cegos, se reunindo com os gestores de cada edificação e apresentando relatórios para a plenária.

2) Tendo como objetivo ampliar a visibilidade e a participação na eleição para a gestão seguinte (2008-2011), os conselheiros optaram por efetuá-la nos dias da II Conferência Municipal da Pessoa com Deficiência, realizada nos dias 6 e 7 de agosto de 2008, com o tema "Inclusão, Participação e Desenvolvimento: um novo jeito de avançar". Para tanto, as Entidades que desejaram participar do Processo Eleitoral, como candidatas e/ ou eleitoras, habilitaram-se junto ao COMPEDE no dia 19 a 21 de maio de 2008, por meio de inscrição, em formulário próprio e mediante apresentação da documentação exigida, de acordo com os termos do Edital de Eleição. A análise da documentação dos pedidos de habilitação de eleitores e candidatos foi realizada pela Comissão Eleitoral, no dia 26 de maio de 2008 e no dia 3 de junho foi disponibilizada a listagem final dos habilitados para este Processo Eleitoral.

Nesses anos de edificação do Conselho, até o agosto de 2008, verificamos, através da leitura das atas, que o conceito da acessibilidade esteve mais voltado para a acessibilidade arquitetônica[115] (acessibilidade nos prédios; no mobiliário

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

---

da mesma. (Reunião Ordinária realizada em 20 de outubro de 2005, Livro de Atas e de presenças, aberto em 18 de outubro de 1999).

[113] Os conselheiros participaram da I Conferência Municipal de Educação em outubro de 2007, do III Encontro Nacional dos Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência em novembro de 2007 e do Curso de Capacitação de Conselheiros realizado pelo CONADE, no qual enviaram um representante; indicam novamente representantes para o Orçamento Participativo; tentaram articulações com o Prefeito e com a Secretaria de Assistência para a melhoria do Programa Transporte Eficiente; articularam com as Secretarias o envio de representantes, mesmo que a Lei ainda não tivesse sido aprovada, e tiveram resposta da Educação, dos Direitos Humanos e da Saúde. No dia 04 de dezembro de 2007, a nova Lei foi aprovada na Câmara e publicada em diário oficial no dia 18 de dezembro de 2007.

[114] O Decreto 5296/04 regulamenta as Leis nº. 10.048/00, que dá prioridade no atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência (Brasil, 2008).

[115] O termo acessibilidade é caracterizado por seis dimensões dentre as quais tem-se: a acessibilidade arquitetônica remete-se aos ambientes sem barreiras ambientais físicas nas escolas, nos edifícios públicos, nos espaços urbanos, nos meios de transporte coletivo e individual; a comunicacional, sem barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na

urbano através da colocação de rampas, sinais sonoros, placas em Braile; nos meios de transporte através da garantia do passe-livre; catraca eletrônica; transporte acessível etc.).

Nesse caso, faltou ampliar a discussão da acessibilidade para barreiras encontradas nas políticas públicas de Saúde, Educação, Trabalho, Assistência, Esporte, Cultura, dentre outras; na comunicação seja ela interpessoal, escrita ou virtual; fomentando assim práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral para o desmonte de preconceitos, rótulos e estigmas; dentre outros fatores.

Destacamos que a realização e a participação nos eventos e, posteriormente, nas Conferências Municipais da Pessoa com Deficiência, foram as formas encontradas para debater em conjunto e intersetorialmente as dificuldades encontradas, lançando as suas demandas no espaço público. Desse modo, num processo de mudança, as pessoas com deficiência se fizeram ver e ouvir, dando início ao rompimento da tradição do trato das questões públicas como se fossem de posse dos caciques, dos "manda-chuvas", dos governantes.

Podemos compreender que nesse caminho, mesmo estando numa sociedade fundamentada em regras culturais à base de um sistema hierárquico, estas pessoas tornam-se sujeitos políticos, passo a passo, traduzindo em suas ações que fazer política é atividade de todos, e não mais privilégio das elites especializadas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

## 5.3
## O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (COMPEDE) e seu novo formato

Em 18 de dezembro de 2007 era instituída, no município de Niterói, a nova Lei n° 2513 de Regulamentação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (COMPEDE), dispondo as novas diretrizes.

---

comunicação virtual; a metodológica, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo, de trabalho, de ação comunitária e de educação de filhos; a instrumental, sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo, de trabalho, de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para fazer comunicar, vestir, comer), de lazer esporte e recreação, dentre outras áreas de atuação; a programática, sem barreiras nas políticas públicas, em regulamentos e em normas em geral; e, a atitudinal, sem preconceitos, estigmas, esteriótipos e discriminações, como resultados de práticas de sensibilização e das pessoas e da convivência na diversidade humana (I Conferência Municipal da Pessoa com Deficiência, 2005).

Após 27 anos da construção do primeiro Conselho (COMAD), em 1981, e dez anos após o COMDDPD, criado em 1997, o Conselho Municipal passou por outra reformulação com expressivas diferenças em sua natureza, finalidade e composição[116].

O atual COMPEDE coloca-se como um órgão ainda consultivo e fiscalizador, e a sua inovação está em ser também *deliberativo e controlador* da implementação das políticas públicas de promoção, atendimento e defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Nesses termos, o fato de deliberar e controlar traz avanços, pois confere ao cidadão que participa a "competência legal para formular políticas e fiscalizar a sua implementação, apontando no sentido da democratização da gestão" (Tatagiba, 2004, p.55). Sendo assim, tendo o COMPEDE o direito de decisão e não apenas de consulta, ele deve e pode interferir nos processos e nos modos de atuação dos órgãos responsáveis, redefinindo prioridades. Com essa mudança na Lei, por exemplo, o termo "fiscalizador" ganha definição e potência.

Essa mudança de concepção aparece até mesmo na forma como o COMPEDE coloca as suas atribuições e competências:

> I - zelar pela efetiva implantação, implementação, defesa e promoção dos direitos da pessoa com deficiência na Política Municipal pertinentes a esse segmento; II - coordenar a fiscalização da observância dos direitos e garantias atinentes à sua área de atuação; III - formular diretrizes e promover planos e programas nos segmentos da administração local/regional para garantir os direitos da pessoa com deficiência; (...) V – garantir a efetivação do sistema descentralizado e participativo, atuando na formulação de políticas, apontando estratégias de controle e de execução das mesmas, por meio dos Conselhos, das Conferências e dos fóruns próprios (Capítulo III, Artigo 4º, Lei 2513).

O mesmo assegura a participação paritária entre governo e sociedade civil, sendo constituído de 9 (nove) órgãos do Poder Público e 9 (nove) representantes do segmento das pessoas com deficiência, representadas pelos seus *titulares e respectivos suplentes*, por mandato de 3 (três) anos, permitindo somente uma recondução consecutiva do cargo.

Os nove representantes do Poder Público são membros do Governo que fazem parte das seguintes áreas: Assistência Social, Educação, Saúde, Urbanismo,

[116] Esclarecemos que a Lei 2513/07 não cria o COMPEDE, e sim dispõe de novas diretrizes. A Lei de criação do mesmo é a anterior 1621/97.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

Ciências e Tecnologia, Transportes, Obras e Serviços Públicos, Direitos Humanos, Cultura e Câmara Municipal.

Os representantes da sociedade civil, escolhidos em processo eleitoral, montam a seguinte composição: uma representante para cada deficiência (visual, auditiva, físico-motora e mental), um representante para cada entidade atuante nas áreas destas deficiências e um técnico atuante na prestação de serviços do segmento.

Portanto, após Niterói ter vivido um histórico de emergência do protagonismo das pessoas com deficiência nos espaços decisórios da formulação da política pública, o Conselho ganha força institucional ao trazer para dentro de si os representantes sujeitos, as entidades e o governo.

No caso da presença das instituições, os conselheiros têm a possibilidade de articularem-se diretamente com os seus respectivos representantes, definindo políticas, a partir das demandas vividas por cada uma delas. Ou seja, a atuação das instituições dentro do COMPEDE parece poder trazer a oportunidade de estimulação de debates que correspondam às dificuldades enfrentadas pelas diversas pessoas com deficiência residentes no Município. Além disso, a união da pessoa com deficiência e a instituição pode gerar força na luta pela efetivação dos direitos.

A presença de várias Secretarias Municipais no Conselho traz o significado de que os direitos, criados e recriados pela luta do segmento, ultrapassam o âmbito da assistência e do urbanismo, abrangendo a esfera da cultura, da saúde, dos direitos humanos, dentre outros. A partir dessa aproximação, pode se tornar mais fácil: vocalizar e dar visibilidade às reivindicações; e interferir nas ações do governo voltadas para a pessoa com deficiência ou exigir que se cumpram ou se regulamentem as leis. Vejamos o que dizem os conselheiros a respeito da paridade:

> *Antes você deve incentivar o protagonismo e depois ao você trazer as entidades, você dá uma força institucional pra quem trabalha no Município, pra quem executa como parceiro do governo municipal naquelas ações específicas. Aí, você traz as entidades, são avanços! Outro avanço é trazer o governo porque antes tinha dois representantes do governo que eram as Secretarias de Integração e Cidadania e a do Urbanismo. Como se a questão da pessoa com deficiência se restringisse apenas à questão urbana, o transporte, as calçadas... Isso é importante, mas a história das pessoas com deficiência passa por todas as assistências públicas. Como a pessoa com deficiência, ela é um indivíduo acima de tudo ela é pessoa, ela é um indivíduo como um outro qualquer. Tem pessoas*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

> *negras com deficiência, você tem a mulher que tem deficiência, crianças que têm deficiência e crianças sem deficiência... Você perpassa por todos os tipos de pessoas, todos os mil tipos que somos e que vivemos no mundo... São pessoas com deficiência e tem ali representado japonês, chinês, pessoas com orientação sexual, homossexuais, enfim... Você tem todo tipo de gente! Você tem política pública para todos, aí você traz as áreas de acesso à Política Pública para o deficiente, que envolvem o poder público nessa lei nova porque e dá essa cara de coisa pública... Cria esse elo quando você senta para discutir, da mesma maneira, você dá ciência... É questão de direitos humanos, mas que passa por questão de medicação, de saúde, de transporte, do lazer, da cultura, na legislação... Na questão de você pensar leis. Na verdade outros avanços decorrem da paridade, de envolvimento de outros atores sociais. Porque quando o conselho é só as pessoas, a tendência é você ficar muito isolado. Você se isolar, você fica muito preso à questão da pessoa, a questão da representatividade ela se esgota, às vezes, na pessoa ou no grupo político que a pessoa participa (Conselheiro, E).*

> *Antes, a gente, por não ter essa paridade, poucas pessoas da área governamental, não se conseguia muitos avanços e agora os avanços tão vindo mais rápido. Foi um avanço, agilizou mais... a discussão dos problemas e também a resolução deles (Conselheiro, F).*

> *Então, eu acho interessante é... ter esses espaços políticos, onde o Estado pode reconhecer que existem esses Conselhos ou outras questões que o Estado não consegue é... abranger, não consegue discutir. Eu acho que é uma força que o Conselho ganha tendo pessoas do meio político do governo pra poder lutar pelos direitos de toda a sociedade. O que que acontece: no COMPEDE, por exemplo, são pessoas ali que são deficientes que lutam pelos direitos dos deficientes. Então são pessoas que trabalham e que passam o seu dia a dia sobre essas questões (Conselheiro, G).*

No entanto, eles também apontam alguns desafios colocados por essa paridade. Nesse caso, identificam que, muitas vezes, as secretarias mandam representantes com pouco poder de decisão e sem nenhum conhecimento sobre as questões que perpassam o histórico de luta desse segmento ou da própria política que o cerca. Por isso, de acordo com alguns depoimentos, a paridade não tem validade se não houver envolvimento do governo na discussão, de modo que ele assuma as necessidades básicas com responsabilidade e comprometimento.

> *A paridade é necessária e importante, até pro governo se colocar, o governo dizer o que quer. Mas infelizmente, o resultado disso a gente não tem conseguido ver tanto na prática. Porque a pessoa que vira presidente ou que é conselheiro, muitas vezes, não tem mesmo uma ingerência, não tem aquele tramite na sua secretaria, na sua área, como deveria ter. O ideal seria que os gestores fossem os conselheiros, mas isso é sonho, não é possível né? (...) A área governamental tá muito ruim. Algumas pessoas tem muito boa vontade, essas tem chance da gente trazê-las mais pro nosso lado. Mas tem uma galera que não tem a mínima condição de nada e tão aí, porque estão (...)(Conselheiro, H).*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

> *A paridade pode funcionar e funciona desde que a gente tenha as pessoas do executivo com compromisso de participar no Conselho, porque quando você não tem um executivo, que é exatamente a metade do Conselho, não tem quorum nunca, a não ser que se tenha alguma coisa que seja de interesse do executivo... né! Por isso que eu acho importante atrair o governo nas discussões... de atrair as pessoas do governo, que foram indicadas, a participar do Conselho, senão simplesmente esvazia o Conselho (...) Porque às vezes as pessoas são indicadas, porque o governo que é obrigado a enviar um representante e o Secretário indica qualquer um pra participar. Essa pessoa quando retornar pra secretaria, ela leva as deliberações do Conselho, pro secretário? Ela discute com o Secretário? Ela tenta implementar ao menos dentro do...da secretaria que ela está? Ela só vai fazer isso se ela tiver um compromisso com o Conselho, e pra ter um compromisso com o Conselho, ela tem que ter um compromisso com a causa das pessoas portadoras de deficiência (...) Se não tiver o executivo participando, a gente não tem quórum pra isso; então, este pode tirar o papel da...da sociedade civil. Se o executivo não tiver compromisso, nem a reunião tem! (...) A paridade é importante... desde que tenha realmente compromisso com a luta da pessoa portadora de deficiência... e, não adianta ter...pode ter o Prefeito participando do Conselho, e se ele não atuar na causa da pessoa portadora de deficiência, ele vai ser mais um a sentar aqui para a hora da reunião (...) (Conselheiro, D).*

Seguindo a trajetória, no dia 1º de agosto de 2008, os conselheiros do COMPEDE tomaram posse no Plenário da Câmara Municipal dos Vereadores[117]. Dessa forma, os conselheiros deram continuidade às atividades, sendo que dessa vez gozavam de competências, atribuições e princípios mais amplos.

Observamos que até o final de 2009 (20 reuniões) suas realizações estiveram focadas na reestruturação do Conselho, que implicou em: realizar capacitação para os novos conselheiros[118] (11/2008); aguardar a nomeação dos representantes das Secretarias que durou até dezembro de 2008; elaborar um novo regimento interno (aprovado em Reunião Ordinária no dia 04/11/2008); convocar uma nova eleição no dia 16 de julho de 2009 para preencher a vaga relativa à área da pessoa com deficiência auditiva, já que não tiveram candidatos habilitados para tanto, e, à área da pessoa com deficiência mental, considerando a condição de vacância da representação; e formular os temas das Comissões Permanentes[119]

[117] Com isso, apenas no dia 22 de agosto, a plenária elegeu a primeira mesa diretora para essa gestão (Reunião Ordinária realizada em 02 de setembro de 2008) e deram início às atividades.

[118] É válido pontuar que a capacitação foi realizada com os novos membros da sociedade civil e os antigos das Secretarias Municipais, que já haviam sido indicados na gestão anterior. Nesse momento, Niterói havia elegido o Prefeito José Roberto da Silveira (PSDB), para o período de 2009 a 2012, em substituição ao Godofredo Pinto (PT), período de 2002 a 2008, de modo que muitas Secretarias demoraram a indicar os seus representantes governamentais. Sendo assim, posteriormente à capacitação, muitos representantes foram substituídos nas Secretarias, prejudicando o trabalho desenvolvido.

[119] De acordo com o atual Regimento Interno, o Conselho é constituído por Comissões de Trabalho com caráter permanente ou temporário, para estudo e análise das questões que exijam conhecimento específico e exame profundo. Ambas as Comissões tem a composição paritária e são formadas em Plenário. Seguindo as Comissões do Conselho Nacional na área da Pessoa com

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

(04/2009) e alocar todos conselheiros nelas (em Reunião Extraordinária no dia 20/10/2009)[120].

Nas falas seguintes, apontamos que o fato desse formato ser uma experiência recente, fez voltar as discussões dos conselheiros, principalmente, para a organização interna do COMPEDE, cujo processo faz parte da construção de um novo espaço.

> *A dinâmica das pessoas, do dia a dia tem criado dificuldades para que as coisas comecem a embalar. É tudo muito novo, no meu primeiro ano de gestão, que eu fui presidente do conselho, a gente estava na fase de implementação das coisas. Estava numa fase de definir as coisas, de definir propostas, de tocar administrativamente com isso. Foi a dificuldade que eu tive de realizar tarefas nessas comissões porque a gente tem que achar uma forma para que as pessoas possam se reunir, com dia certo, data certa, entendeu? Tudo vai se adequar, é uma experiência nova! É um momento novo! Teve um problema de mudança de gestão municipal, onde se mudaram conselheiros (...) mas teve uma capacitação pra quem estava chegando no COMPEDE e dois meses depois, os mesmos que estavam chegando, estavam saindo... E outros estavam chegando e outros demoraram a chegar... Nem sempre a gente consegue dar conta. E é um espaço mesmo que diante de tantas realidades, o COMPEDE, ele tem funcionado independente das comissões, as demandas também que, talvez, estão chegando não tenham sido suficiente pra sobrecarregar as comissões e as próprias plenárias estão dando conta. Mas, a gente acredita que com esse nível de envolvimento das pessoas que estão lá, com os conselheiros, de envolvimento das entidades, a gente consegue retomar uma possibilidade... (Conselheiro, E).*

> *A situação ficou muito prejudicada, porque, semestre passado é..., o conselho tomou posse, mas era final de governo. Então nós montamos a capacitação, e tal, pros conselheiros. Iniciamos esse ano, mudaram os conselheiros governamentais quase todos, aí até o governo nomear as pessoas, ficou muito complicado. E..., custamos eleger o representante da comunidade surda e deficiência intelectual, é, conseguimos agora no final né. Então, tivemos é..., começamos a dirimir a questão das comissões, tudo isso ficou muito prejudicado (Conselheiro, H).*

> *Olha, até então, não tem, não tem feito ainda, até porque, é meio que recente as comissões. E esse ano ainda não foram discutidas de forma, de forma mais forte (Conselheiro, G).*

---

Deficiência e adaptando à realidade do Município, o Plenário formou as seguintes Comissões: Comissão de Políticas Públicas; Comissão de Articulação Institucional e Comunicação; e Comissão de Legislação e Finanças (Reunião Ordinária, no dia 07 de abril de 2009, Livro de Atas do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, aberto em 31 de agosto de 2007). Nesse processo, o Conselho também postergou a alocação dos membros nas Comissões, devido à demora da indicação dos representantes do governo e do preenchimento das vagas do segmento da pessoa com deficiência auditiva e mental.

[120] Nesse período, os conselheiros, acompanhando a Conferência Municipal de Assistência Social, realizaram uma Reunião Ampliada no Município, no dia 22 de junho de 2009. A Reunião seguiu a temática da Assistência "O controle social nas políticas públicas", pondo em discussão nos grupos de trabalho os seguintes pontos: Educação, Ciência, Tecnologia e Cultura; Urbanismo e Transporte; Saúde, Reabilitação Profissional e Trabalho; e, Assistência Social, Direitos Humanos e Legislação.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

> *Não tem reunião das comissões, que também não se fechou todos os membros das comissões, tá entendendo? Eu acho que é por aí mesmo, porque ela não tá totalmente completa, então o pessoal ainda não está se articulando pra que as Comissões funcionem (Conselheiro, F).*

> *Primeiro nós levamos esse tempo todo pra montar as comissões... só montamos na última reunião, né? Bom, aí a gente tem que deliberar na reunião do Conselho o que que vai acontecer? O que fazer com as coisas que vão chegar no Conselho? A Mesa Diretora vai encaminhar pras comissões? (...) Não tem chegado demanda no Conselho, que eu saiba não! Por que não tem chegado? Porque a gente não estimula isso! A gente não divulga o Conselho... a gente não diz o dia que o Conselho se reúne... e essencialmente você só pode... e, aí porque você não faz isso, né? Simples! Porque a gente tem que tá organizado primeiro. Não adianta chegar a demanda e a gente não dá um encaminhamento correto pra demanda. E isso só vai passar a ter a partir do momento que você tem as comissões estruturadas. Que você tenha as pessoas com compromisso com as questões, senão não adianta chegar uma denúncia... você cai num vazio com a resposta zero. Então, é muito da estrutura do Conselho mesmo (Conselheiro, D).*

Podemos perceber que, por ser uma experiência inaugural, os conselheiros estão, nesse momento, mais voltados para atividades de organização interna do que, propriamente, com o novo papel deliberativo de definição de diretrizes e de políticas públicas. Notamos que eles apresentam dificuldades em vocalizar as demandas e fiscalizar as ações do governo. No entanto, entendemos que são ações necessárias, relevantes e cadenciais que dão movimento ao processo de construção de novas formas de sociabilidade e de relações democráticas. Por isso, enfatizamos que o exercício da democracia, longe de ser uma engenharia de regras, é constituído de etapas sucessivas de erros e acertos, evoluções e retrocessos.

O curto período de experiência dos Conselhos na sociedade brasileira, somado a ausência de uma tradição participativa desencadeiam uma série de dificuldades. Em primeiro lugar, evidencia-se a fragilidade na participação, traduzida na *baixa capacidade de pressão e articulação do movimento e na pouca participação das pessoas com deficiência nos espaços de discussão* como as Conferências, Fóruns, Conselhos, dentre outros. Identifiquemos esses pontos nas falas a seguir:

> *Porque o Conselho é um espaço, na minha opinião, que a sociedade civil tem de colocar lá suas questões, de interagir com o Executivo, e lutar pelos seus direitos no dia-a-dia. Então, o Conselho é a representação da sociedade civil com a força e a organização que a sociedade civil tem no momento, né! Ah, o Conselho é fraco! É fraco porque tem pouca gente atuando mesmo, isso é um reflexo da sociedade (Conselheiro, D).*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

> *Sempre algum conselheiro falta, né. Tanto que a grande dificuldade também, às vezes, das reuniões é você... fazer o quorum pra poder deliberar. Eu já fui a reunião que estava marcada pra nove e meia que, começa depois de umas dez e meia (Conselheiro, F).*

> *Sempre era uma pessoa levando o conselho nas costas (...) avançou muito pouco em termos de consciência política mesmo das pessoas. Pra se fazer uma reunião, pra ter quorum, tinha que pedir a Deus, mesmo na época em que se tinha a maioria da sociedade civil. Não sei, pode ser por falta de crença, pode ser a questão das pessoas estarem ocupadas com seus afazeres, pode ser... é... enfim, um monte de coisas mesmo. Agora, é uma responsabilidade que a gente tem e as pessoas não assumem como deveriam (Conselheiro, H).*

O esvaziamento dos espaços de vocalização das demandas pode implicar na *dificuldade de dar visibilidade* ao espaço, e vice-versa. A maioria da população não consegue enxergar no Conselho um espaço que possibilita a visibilidade da expressão das suas demandas.

> *Atrair a população é uma, eu acredito que seja uma questão assim, meio que complicada, porque eu mesmo quando não era deficiente físico, eu não me atentava pra essas questões. Já estudei assim, na escola eu devo ter estudado com uma pessoa com deficiência. Conversava com ela, era meu amigo, coisa assim de escola né. Então eu nem, não tinha nenhuma, nenhum, não sei se era interesse, mas não tinha nenhum conhecimento sobre a questão da pessoa portadora de deficiência, não sabia que tinha um grupo... pessoas que lutavam por isso. E atrair as pessoas pra essa luta, eu acho que tem que ter mais divulgação, acho que o principal é, acho que tem que começar pela divulgação pras pessoas ter mais conhecimento que existe esses grupos de pessoas deficientes, que lutam pela questão do deficiente. E eu acho que não só lutar pelas questão dos deficientes não, mas também pelos idosos, a dificuldade de transitar pela cidade, então tem que ter uma divulgação maior pras pessoas poderem ser mais atraídas (Conselheiro, G).*

> *Na prática hoje, o Conselho não tem demanda quase nenhuma porque não tem muita participação popular ou da sociedade civil, trazendo demandas pro Conselho (Conselheiro, D)*

> *Acho que falta uma divulgação maior nos órgãos de impressa, falta um norte, uma diretriz pro COMPEDE, e pros Conselhos, de maneira geral. Fica parecendo que é um grupo de pessoas que sentam, tomam um cafezinho, brigam lá entre elas, é..., e aquilo ali não sai daqueles muros ali. E o nosso desafio é chegar à população. Ser um conselho de fato representativo das demandas da pessoa com deficiência. Tentar ser um canal de, de..., ligação com o governo. Enfim é..., fiscalizar, ser reconhecido pela sociedade (Conselheiro, H).*

Nesse contexto, cabe questionar se o esvaziamento desse espaço somado a fraca visibilidade, têm *dificultado o aparecimento da diversa capacidade de pensar*, ou ainda, que os sujeitos coloquem as demandas sob diferentes perspectivas? Sendo assim, diante de uma frágil participação, torna-se possível que o espaço fique livre para os seguintes aspectos: *os elementos tradicionais da*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

*cultura política brasileira que acabam despolitizando a participação* e/ou as *necessidades passam a serem vistas sob a perspectiva de uma minoria.*

No primeiro caso, percebemos que na ausência do aparecimento e da visibilidade pública restabelecem-se os mecanismos tradicionais de se fazer política. Ou seja, a diminuição da participação aumenta a onipotência do Estado na definição de prioridades pertinentes à vida em sociedade. Desse modo, há possibilidade de práticas clientelistas se fazerem presentes no espaço dos Conselhos e mediante a troca de favores, alimentam interesses individuais e acessos privilegiados, que cooptam representantes da sociedade civil e do governo.

> *Os governos autoritários não querem muito a participação da sociedade civil, né! Essa que é a questão! Aí, os Conselhos têm que ser muito mais órgão de briga do que órgão de..., orientador, fiscalizador da política pública. Simplesmente, é um órgão de briga. Só que se você começa a brigar muito e você não tem a... assessoria técnica necessária. Então, vamos pensar: sou representante governamental...aí eu vou lá brigar com a educação, eu vou ser tirado, tá me entendendo? Então vai colocar um outro cara pra ser um cordeirinho, ou então a educação não vai nem me dar ouvidos. Põe a Instituição aí, um representante, sei lá, da Pestalozzi, que resolva brigar com o governo. Vai perder o convênio. O conselho precisa de um suporte, de um apoio técnico, de funcionários, material e tal. O governo pode muito bem não fornecer. Perdem convênios, e... fora os conchavos que ocorrem. Não sei se há muito espaço pra mudança, porque uma coisa que..., se eu fosse estudar sobre a situação do Conselho eu tentaria escrevê-lo na cultura nacional, em que medida dá pra fazer tão diferente assim, se pensarmos na situação da política, né. Se pensarmos da cultura do clientelismo, do paternalismo, do patrimonialismo, e dos ismos da vida, dos sarneyismos, dos lulismos, ou seja, em que medida você pode fazer de tão diferente assim? Aí você mata, toda a esperança de, de... pô, você vai nos Conselhos, vai pra uma série de coisas, reivindica, tal! Faz um documento belíssimo, mas se você tem que fazer acordo, com figuras tipo Sarney, esses cânceres da política. Aí são coisas contraditórias, (pausa) você tem que fazer aliança, mas em um nível que não prejudique o ideal, um ideal de sociedade (Conselheiro, H).*

Diante de uma relação de referências autoritárias entre o Estado e a sociedade civil, a cooptação acaba por negar a função pública do Conselho e a participação dos conselheiros corre o risco de se despolitizar. A resistência colocada pelo governo em partilhar os espaços de decisão traz desafios para a sociedade reverter a centralidade e o poder do Estado na definição das prioridades da política *pública.*

Nesse mesmo sentido, identificamos nas falas dos conselheiros, outros aspectos ligados ao âmbito governamental que entravam a partilha do poder,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

minando as ações e as decisões do colegiado, tais como: representantes do governo com pouco poder de decisão; burocracia que atravanca o funcionamento das ações e recusa em permitir que a sociedade penetre nas definições da política.

> *Da parte governamental, eles normalmente são pessoas que não tem o mínimo conhecimento de causa, e aí, é..., não são capacitados pra isso, e..., acham que estão fazendo um favor, muitas das vezes, estando aqui, quando é uma questão de cidadania. Sabe, é assim que eu vejo muito isso. Então, sempre fica na mão de uns poucos conselheiros, por mais democrático que seja, pelo momento, pelo momento que se tem da pouca vivência de democracia, da desilusão da participação e etc. ainda é uma maneira possível de fazer política (Conselheiro, H).*

> *O Conselho... também bate em toda a problemática da máquina governamental, né? Mas a relação é boa. Mesmo algumas coisas que demoram mais um pouco, outras que não vai rápido, mas são resolvidas (...) Porque aí existe uma burocracia, tá entendendo? Pra mandar oficio, de dar ao secretário ler o problema depois mandar, sabe? É nesse ponto que eu vejo (Conselheiro, F).*

> *O Conselho da Pessoa Portadora de Deficiência, por mais que eram só as Pessoas Portadoras de Deficiência que discutissem as deliberações eram encaminhadas pro Executivo e não se tomava decisão nenhuma, né! Então, isso acaba que com o tempo, você participando sempre e vendo que a coisa não anda, você acaba dizendo espera aí eu vou...desviar a minha atenção pra outra coisa agora...tem essa questão também (Conselheiro, D).*

> *Mas o que a gente espera de fato é que o governo cumpra, o que a gente delibera, discuta, debata. A gente encaminha e o poder público não efetiva por mais que a gente cobre... A gente espera que um dia as Conferências sejam respeitadas pelos gestores como elas são tidas pela população. As pessoas têm que ter um espaço de reivindicação! Pegam o microfone, falam, chutam o balde, se opõe! No fundo, no fundo, a Conferência é um espaço de frustração... Cumprir é muito difícil! Cumprir aquilo ali que a gente deliberou, que a gente suou, que a gente deseja é muito difícil.. Os gestores não respeitam, falta respeito às Conferências (Conselheiro, E).*

No caso das *necessidades serem vistas sob a perspectiva de uma minoria,* devemos ressaltar alguns aspectos. Consideramos que a formação anterior do Conselho foi importante para o fortalecimento do protagonismo da pessoa com deficiência nos espaços participativos, de modo que ela passou a ser a porta-voz das suas necessidades. Entretanto, os conselheiros encontraram dificuldades para se articularem com as instituições, que por anos desenvolvem o trabalho na área da deficiência, aliadas essenciais para um levantamento mais amplo da realidade.

Ainda que o Conselho tenha ampliado os assuntos debatidos no decorrer das gestões, identificamos que os conselheiros para o levantamento de demandas se pautaram principalmente nas próprias dificuldades vividas, desde o formato do antigo COMDDPPD. Reparemos o que dizem os conselheiros quando

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

perguntados de que forma chegam as demandas no Conselho e quais são as recorrentes.

> *Através do conselheiro e também alguém vai lá e passa o problema (Conselheiro, F).*

> *Olha hoje, pelo o que eu percebo, é, é pelas próprias dificuldades que nós conselheiros e suplentes temos. Quem tá mais envolvido no conselho, ou com algum segmento de deficiente, consegue ter uma visão melhor lá no Conselho (...) Nós mesmos que passamos. Dificilmente uma pessoa com deficiência encaminha alguma coisa pro Conselho. Então, é falta de informação mesmo dos próprios conselheiros e não da sociedade (...) (Conselheiro, G).*

> *Então... a partir de nossa, do que a gente traz (Conselheiro, H).*

> *Os problemas por causa do protagonismo, a gente vivencia. Não precisa ninguém contar que o passe livre não está sendo respeitado porque se eu for pra cidade, com certeza vai acontecer comigo. Não precisam me contar que as calçadas de Niterói estão emburacadas, que não tem sinal sonoro. A gente vive nessa cidade! Então a questão da pessoa com deficiência, ela quando usa do protagonismo, a gente percebe, mas há uma necessidade de se criar formas de comunicação para que essas pessoas procurem o Conselho e levem as demandas (Conselheiro, E).*

Podemos perceber que as demandas mais discutidas, por serem levadas na maioria dos casos pelos próprios conselheiros, tendiam a estar mais voltadas para as necessidades dos segmentos da pessoa com deficiência visual e com deficiência físico-motora. Talvez, por isso, ao longo da leitura das atas, notamos que os assuntos mais recorrentes estavam relacionados a questões referentes ao acesso nos prédios, no transporte e à dificuldade da mobilidade urbana, associada à garantia de segurança na travessia das ruas, nas calçadas com a presença das rampas, dos sinais sonoros, do piso tátil, dentre outros recursos. A fala dos conselheiros destaca quais são as necessidades com maior visibilidade.

> *Não, eu acho que todas é..., tem o tratamento da mesma maneira. O que acontece é o seguinte, como a área surda, e a intelectual estava, estava afastada do COMPEDE, porque não houve candidatos. É, vários problemas! Quem tem voz é, acaba que participa mais, então há essa dificuldade na comunicação, principalmente das áreas mental e auditivo, que dependem de intermediários (Conselheiro, H).*

> *Tradicionalmente, o deficiente visual, o físico, eles tem papéis reivindicatórios mais fortes. É uma realidade que revela que os cegos e os deficientes físicos são mais atuantes. Os surdos ficam um pouco mais atrasados nessas discussões, quando eles chegam já foram atropelados pela dinâmica (Conselheiro, E).*

> *(...) o que mais chega, eu acho que é do físico motor e do visual. Acho que são as que mais chegam, mas lá é tratada tanto também a do auditivo, são tratadas as*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

> *outras. Agora, as que mais chegam é de físico motor, e acho que do visual também chega, tem muita luta também, uma demanda também, grande também (Conselheiro G).*

Parece assim, que o esvaziamento do espaço somado à fraca publicização, *dificulta* que seja estabelecido o encontro das diferenças e dos sujeitos coletivos. As várias necessidades e os distintos interesses não ganham visibilidade pública, e a definição do critério de prioridade fica sob *a perspectiva de uma minoria* que se faz presente.

Nesse viés, conforme Degennszajh (2007) atenta-se para o contexto de que ainda é difícil a sociedade civil reconhecer a existência de uma diversidade de atores e distintos interesses, para o estabelecimento de uma agenda de decisões a partir de uma multiplicidade de aspectos. Diante disso, é um desafio para esses membros construir alianças em torno do uma pauta de fato coletiva, que transcenda a realização de interesses particularistas.

Em consonância com o observado, do ponto de vista democrático participativo, a ausência da participação em nossa sociedade também se entrelaça aos problemas vividos na individualidade moderna, que disseminam uma noção de cidadania que se reduz à inserção no mercado e no consumo.

Nesse contexto, o homem deixa de ser interpretado como ator político para ser visto como um trabalhador empenhado na manutenção da sua sobrevivência[121]. Dessa forma, um dos traços da modernidade é a dissolução de espaços que articule os homens em torno de assuntos comuns, neutralizando as possibilidades dos sujeitos ampliarem o horizonte com saídas alternativas.

Com isso, destituídos dos canais da expressão e da participação e vivendo em prol da manutenção da sobrevivência, torna-se mais complexo para que os homens ajam em conjunto e se coloquem um no lugar do outro, pensando no bem comum.

> *É, têm muitos conselheiros que são mais atuantes e têm alguns que não são tão atuantes como, principalmente os mais antigos. E assim, os suplentes, também acho que falta ainda, não sei se disponibilidade de tempo. Mas falta ainda um pouco mais de atuação dos suplentes lá no Conselho. Até dos conselheiros também. Acho que cada um faz um pouco de tudo também, né! Eu por exemplo,*

[121] É importante destacar que mesmo com o advento da sociedade moderna e a conseqüente centralidade dos homens no mercado e no consumo, as pessoas com deficiência enfrentam diariamente problemas estruturais discriminatórios graves (inacessibilidade nos serviços básicos de educação, saúde, reabilitação, transporte, trabalho, meios de comunicação) que prejudicam, além do exercício de sua cidadania, a manutenção de sua sobrevivência.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

> *eu tenho um bocado de coisa pra fazer, mas eu procuro sempre tá indo, apesar de toda a dificuldade, disponibilidade de tempo. É, eu acredito que isso também acontece com outros conselheiros. As pessoas que estão lá são pessoas que tão engajadas em alguma coisa na sociedade, são pessoas que tão, que tão trabalhando, que já trabalham, são pessoas que tem algum conhecimento, uma visão um pouco maior de alguns outros deficientes físicos. Então, as pessoas que tão lá, elas já tem esse tempo meio que tomado, então fica sobrecarregado é, de os conselheiros tá tendo uma atuação maior (Conselheiro, G).*

> *A sociedade tem uma postura meio individualista, enquanto você tem a necessidade de... de manhã trabalhar pra garantir o almoço e continuar trabalhando de tarde pra garantir a janta, a sua. É difícil de você pensar na janta dos outros, então quanto mais dificuldade você tiver de sobrevivência, menos o interesse pela igualdade. Você vai tá pensando em matar a sua fome primeiro, pra depois poder ajudar a matar a do outro, e aí não tem pra onde... é do animal mesmo, os leões não conseguem dar comida pro leãozinho se ele não consegue caçar o dele, pra se alimentar...então isso é um instinto do ser humano (Conselheiro, D).*

> *Aquelas pessoas que, eu to falando aqui da APADA, aquelas pessoas que poderiam representar no Conselho, não tem tempo, não há tempo nenhum, todos eles trabalham muito (...) Hoje a vida mudou, é outra, é muito mais rápida, a sobrevivência é difícil. Então você não dispõe, você não dispõe de pessoas surdas, cada um tem que se virar (...) hoje a vida tá tão atribulada, tão corrida, que a gente não tem tempo como tinha na época que eu era presidente de lá, você tá entendendo? Dava tempo de tudo, dava pra gente visitar as Instituições (...), íamos lá visitar pra saber como é que funciona. A gente ia lá, agora mudou pra pior, né! (Conselheira, B).*

Contudo, mesmo em face aos múltiplos desafios que cercam o movimento das pessoas com deficiência para a construção dos espaços públicos, pudemos compreender durante o nosso estudo que, no curso da construção democrática devemos dar ênfase a possibilidade dos Conselhos se constituírem como *verdadeiras escolas de cidadania* (Benevides, 2003). Esse processo se daria porque, independente dos resultados e das formas de discussão pública, estar nesses espaços já se torna um salto para a aprendizagem na educação política do cidadão. Abaixo, os membros colocam o que apreenderam ao se tornarem conselheiros:

> *Foi uma experiência muito boa sabe! Porque no início eu não tinha participado de nenhum tipo de Conselho e tudo, mas depois eu gostei muito de participar, sabe? Porque te coloca à frente de todos os problemas, não só a minha deficiência, mas de todas as deficiências, e você tá aí colaborando pra ver se consegue mudar a problemática do deficiente, tá entendendo? (Conselheiro, F).*

> *Então é, a princípio eu ía lá mais pra poder conhecer o Conselho, porque eu não conhecia o Conselho. Então, agora eu tô tendo uma visão melhor do Conselho, tô vendo que as pessoas lutam por políticas públicas, né! A questão de adaptações de calçada, transporte, saúde, escola, eu acho que é muito importante a pessoa...*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

> *Então, eu agora tô com a visão melhor sobre essas questões, e, a partir desse ano que vai vir, pretendo contribuir melhor na minha participação lá. Até então eu tive mais assim, é.. vendo como eram as coisas, conhecendo, aprendendo mais (Conselheiro, G).*

A partir do exercício da participação ativa na vida política da cidade, os conselheiros começaram a compreender os Conselhos como um espaço que oportuniza diversas ações, tais como: a possibilidade de definir e decidir os assuntos que dizem respeito à pessoa com deficiência; a luta para a efetivação dos direitos; o próprio ato de ser co-participante, se tornando parte do processo de construção da sociedade. Nos trechos abaixo, podemos identificar esses aspectos:

> *O Conselho é um espaço de afirmação da cidadania. A Conferência é um espaço de construção! O Conselho tem que dar conta, de encaminhar, de cobrar como órgão (Conselheiro, E).*

> *O espaço do Conselho, é uma maneira de se lutar para que o município cumpra, cumpra e facilite a vida dos deficientes no Município. Uma coisa muito importante, porque a gente está lutando pra inserção do grupo que representamos e mostramos pra sociedade que nós não podemos e não queremos ficar fora da sociedade (Conselheiro, F).*

> *É um Conselho que a gente sempre quis mesmo... um Conselho deliberativo e consultivo. Para que todas as questões que nascem no Município, tanto no Executivo, quanto no Legislativo, passassem pelo Conselho para que nós portadores de deficiência pudéssemos opinar sobre o que a gente quer (Conselheiro, D).*

> *Na questão da luta da pessoa com deficiência, eu, isso daí eu fui pouco trabalhado nessa questão na medida em que eu não fui criado junto com outras pessoas com deficiência, né. Tive uma vida meio avulsa. Então isso eu posso dizer que o COMPEDE foi o primeiro momento... foi na experiência do Conselho que eu institucionalizei mais a luta. Nele existe a possibilidade de, de... tomada de decisões na vida democrática a respeito das questões da sociedade civil e a possibilidade de você interferir na política pública do Município. É uma possibilidade muito pequena, mas ainda é uma possibilidade (Conselheiro, H).*

A presença da participação paritária, que garante a representação do governo, das entidades e das próprias pessoas com deficiência, traz a possibilidade de tornar todos os conselheiros visíveis e audíveis. Desse modo, ao tornarem público os acontecimentos e constrangimentos da vida em sociedade sob os mais variados aspectos, abre a oportunidade de se tornarem sujeitos no exercício de *se colocar no lugar do outro* e de construírem a noção de *compromisso e responsabilidade pública com àquilo que é comum aos homens.*

Isso porque, como bem diz Werneck (2000, p.21), “na sociedade inclusiva ninguém é bonzinho. Ao contrário, somos apenas – isto é o suficiente – cidadãos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

responsáveis pela qualidade de vida do nosso semelhante, por mais diferente que ele seja ou nos pareça ser".

> *O nosso compromisso é tá participando das reuniões, e tá lutando pra que as coisas aconteçam. Não é só ir lá no Conselho discutir. Tem que ter uma questão política fora dali também, tem que saber buscar é, saber aonde pedir, onde reclamar (Conselheiro, G).*

> *O compromisso de um conselheiro é essencialmente um compromisso com a... a causa da pessoa portadora deficiência. A partir do momento que você tem compromisso com a causa, você passa a ter o compromisso com o horário da reunião, você passa a ter compromisso com a discussão e com o reflexo daquela discussão, então é essencialmente com a causa que você tá representando no Conselho. O problema do Conselho é que muitas pessoas só agem enquanto Conselho na hora que tão ali na reunião. Acabou a reunião, vai embora... e depois só lembra do Conselho de novo quando recebem um fax ou um convite pra próxima reunião, né! Tem determinadas pessoas que eu sei que a pessoa é muito boa no discurso ali na hora do Conselho, mas se você der uma atribuição pra ela de trabalho, a pessoa diz que não pode. Então, não adianta a pessoa ser boa no discurso se não tem compromisso com as coisas. Então, se realmente a pessoa acha importante o Conselho, assuma o compromisso com aquilo também! Não diga que as outras coisas são importantes e que não tem tempo pra aquilo ali! (Conselheiro, D).*

> *O nosso compromisso é representar os interesses... O conselheiro tem que ter clareza que ele tem que representar o interesse de outros. Tem que ter muita paixão pra ser conselheiro .. Tem que ser muito apaixonado pela cidadania, pelo coletivo, pra poder ir lá, deixar o seu dia a dia deixar seus afazeres, pra ir lá sentar na mesa, discutir, propor.. Tem que ter muita paixão. Tem que ter muito compromisso. Tem que gostar (Conselheiro, E).*

É a partir desse movimento de projetar no cenário público carências, necessidades e aspirações que se estabelece a nova concepção de cidadania. Nela, os sujeitos sociais ativos, não se limitam ao acesso a direitos formais, mas sim criam e recriam os seus próprios direitos, definindo aonde e como querem ser incluídos. Sendo assim, fazem circular a linguagem dos direitos, submetendo-a a constante reinterpretação.

> *Os meus direitos, eu acho, são todos de qualquer outro cidadão. Eu acho que eu tenho direito que todo outro cidadão tem. Eu quero esse direito, por isso que eu quero lutar pra obter esses direitos que todo mundo tem e que eu não tenho. Olha, é uma luta constante né. Se não teve resultado dessa vez, você vai continuar lutando pra poder ter resultado em alguma outra gestão (...) Não, não larga de mão, mas por exemplo, que nem a questão do ônibus, até hoje, até há pouco tempo, não tinha ônibus adaptado, mas sempre lutamos pra que o deficiente pudesse entrar no ônibus adaptado e hoje tem. A questão do passe-livre, sempre foi lutado, até que um dia foi concedido o passe. Então é uma luta constante! (Conselheiro, G).*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

> *Já mudou um bocado a forma de pensar... sobre a questão da pessoa portadora de deficiência. A gente antigamente lutava pra que o ônibus fosse adaptado para que o deficiente pudesse entrar. Até que conseguimos aprovar uma legislação dizendo que daqui a dez anos, todos os ônibus novos terão que ser adaptados. Tão chegando os ônibus novos e agora a gente já descobriu que temos uma outra luta, né! Dependendo da empresa que faz a adaptação, têm algumas que não atendem às necessidades das pessoas portadoras de deficiência. Então já temos uma outra luta que tá começando e que tem que ser discutida no nosso Conselho. E outra coisa: o ônibus sai adaptado, mas se quebrar? Tem prazo pra consertar! Senão quebra e fica quebrado. Então, mudou! E as coisas vão evoluindo assim, sempre vai ter um assunto pra discutir, certo! (Conselheiro, D).*

Vejamos o que alguns conselheiros dizem a respeito do significado da participação:

> *Uma coisa muito boa, porque até então, anos atrás, a gente não vai muito longe, todos os deficientes eram colocados dentro de Instituições, eles não tinham vida social e tudo. Eles eram separados da sociedade. Com toda a mudança da política para os deficientes é que eles começaram a ser inseridos na sociedade, começaram a lutar, começaram a batalhar e até então foi criado o Conselho e que se chegou o que a gente tem hoje (Conselheiro, F).*

> *A gente hoje só é visto porque a gente foi pra rua, lutamos, corremos atrás, levantamos bandeiras... Porque nós demos a cara para lutar... Nós só conseguimos avançar quando a gente mostrou que a gente era gente!* ***Isso é fundamental para sobrevivência!*** *Participação é cidadania! É fundamental...* ***A participação é a mola propulsora do nosso movimento! Se a gente não participar a gente é esquecido!*** *A gente vive numa sociedade muito hipócrita que diz que todo mundo é igual, mas não é! O preconceito existe! A hipocrisia existe! Pouco importa o nível social, na hora que ela chega em frente a um obstáculo, seja ele qual for, seja de comunicação, falta de rampa, falta de sinal para atravessar.. perde sua autonomia! Pouco importa se você é doutor, ou se tem emprego, você perde a referência da sua existência de ser humano. Fica limitado! A participação é o direito de participar... As pessoas têm negado o direito delas, elas não têm direito de participar, porque não conseguem chegar nos espaços. Não conseguem ser atendidas nesse direito fundamental. Se a gente ficar em casa, ficar escondido, as pessoas falam "ah, mas aqui não tem deficiente" Não tem deficiente, o deficiente não aparece porque o cara não consegue sequer sair da porta da casa dele. Ele fica restrito muitas vezes à sala da casa dele. Ele não consegue nem sair nem entrar. Não consegue ir ao banheiro porque a porta é estreita, não consegue entrar num quarto porque a porta é estreita, tem que tomar banho de pano na sala... (Conselheiro, E).*

Após entrarmos em contato com esses testemunhos que os conselheiros dão sobre a participação, identificamos outros fatores relevantes. Em primeiro lugar, podemos notar que no processo de construção de uma sociabilidade democrática, as pessoas com deficiência, que por longos anos viveram à margem da sociedade, vêm ganhando o direito efetivo de participar em conjunto dos assuntos da vida pública e de pertencer a uma comunidade política, de modo que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

as suas ações e as suas opiniões têm significado e lugar na condução dos negócios humanos.

Na última fala destacada, alcançamos o entendimento de que, somente quando o sujeito aparece na esfera pública participando e reivindicando os seus direitos que o mundo toma conhecimento da sua existência e se torna visível e audível aos outros (Arendt, 2008).

Contudo, mesmo diante das possibilidades que a participação traz, essa fala nos alerta ainda que muitas pessoas com deficiência permanecem invisíveis aos outros e privadas de estarem nos espaços públicos discutindo e deliberando sobre assuntos que dizem respeito a sua vida. Sendo assim, as palavras do conselheiro apontam que a questão da exclusão das pessoas com deficiência tem relação direta com uma desigualdade de fundo cultural, estabelecida por um conjunto de relações sociais mergulhadas em estigmas, rótulos e discriminações, que as classificam como inválidas e incapazes de participar da vida em sociedade.

Impossibilitados de se expressarem, de fazerem as suas escolhas e de ser no mundo, pouco importa a condição econômica, esses sujeitos perdem a referência de membros e de pertencentes àquele espaço. Nesse sentido, não exercem a sua cidadania – são esquecidos, são não sujeitos.

Complementando essa idéia, segue a fala abaixo:

> *Participar é tudo! Ou seja, é a possibilidade de sair das trevas do paternalismo, das trevas de ser objeto das ações caritativas das pessoas. É a possibilidade da pessoa prover a sua própria vida. Dela dizer o que quer, pra que quer e pra onde quer, ou seja, tudo! Mas essa participação numa sociedade inclusiva requer mudança de mentalidade, mudança da cultura nacional, o modo de fazer política, e de encarar a coisa pública. É... ampliação da cidadania, ampliação dos direitos e dos deveres, as pessoas serem menos egocêntricas, mas respeitar os direitos das outras, é cumprir os deveres (Conselheiro, H).*

A partir do momento em que as pessoas com deficiência participam ativamente na definição do sistema político, decidindo aonde e como querem ser incluídos, exercem o poder de recusar a permanecia nos lugares socialmente estabelecidos para eles. Ou ainda, ao exercerem o direito de participar na gestão da coisa pública, os sujeitos sociais ativos retiram do Estado o monopólio de decidir sobre as políticas que dizem respeito à vida da sociedade em coletivo, num processo de ampliação da cidadania.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA

Através da participação, esses sujeitos começam a se reconhecer enquanto sujeitos políticos e de direitos, e interrompem o curso linear da história, indo de encontro a tradicional cultura do mando e da obediência e a concepção de cidadania passiva outorgada pelo Estado pautada na idéia moral da tutela, do favor e da subalternidade.

Portanto, diante de um país desigual em aspectos econômicos, sociais e culturais e que negou a possibilidade dos sujeitos interferirem no processo de construção social, como bem lembrou um conselheiro, para que se estabeleça uma nova forma de sociabilidade política, faz-se necessário uma mudança nos costumes e nas mentalidades.

Sendo assim, os testemunhos revelaram: o Conselho enquanto espaço público institucionalizado, mesmo de forma tímida, é uma experiência que traz a possibilidade das pessoas com deficiência agirem em conjunto e exercerem o direito de interferir nos assuntos referentes à sua cidade; e propiciam um salto de aprendizagem na educação política do cidadão, vislumbrando mudanças na relação entre sociedade e Estado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0812002/CA